



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXV — Nº 027

QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1980

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 52ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE ABRIL DE 1980

1.1. — ABERTURA

1.2. — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Atividades desenvolvidas pela Associação Beneficente de Menores, de Duque de Caxias—RJ.

DEPUTADO EUCLIDES SCALCO — Manifestação de S. Exª quanto à adoção do controle da natalidade pelo País.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Reiterando providências em favor do Estado do Piauí.

DEPUTADO HUGO MARDINI — Homenagem ao Coronel Honório Fagundes de Carvalho, ao ensejo do transcurso do centenário de seu nascimento.

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Protesto contra ato administrativo, baixado por gerente do Banco do Brasil, no Estado do Pará, prejudicial aos funcionários-estudantes daquele órgão.

1.2.2 — Fala da Presidência

— Esclarecimentos quanto a questões de ordem suscitadas, em sessão anterior, pelos Srs. Deputados Pimenta da Veiga, Claudino Sales e Antônio Carlos de Oliveira, relacionadas com a retirada de assinaturas apostas a propostas constitucionais, bem como da ordenação dessas matérias uma vez completado o mínimo regimental para sua apresentação e tramitação.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Manutenção do veto presidencial apostado ao Projeto de Lei nº 35, de 1979-CN, por decurso de prazo.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 67/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.708, de 30 de outubro de 1979, que altera o art. 1º do Decreto-lei nº 1.237, de 12 de setembro de 1972. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 69/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.707, de 30 de outubro de 1979, que modifica os Decretos-leis nºs 1.312, de 1974, 1.460, de 1976, 1.562, de 1977, e 1.651, de 1978. **Aprovado.** À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 53ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE ABRIL DE 1980

2.1 — ABERTURA

2.2 — Comunicação da Presidência

— Finalidade da presente sessão, destinada a homenagear o escritor Gilberto Freyre, pelo transcurso do seu 80º aniversário.

Oradores:

SENADOR ADERBAL JUREMA

DEPUTADO THALES RAMALHO

SENADOR MARCOS FREIRE

DEPUTADO GERALDO GUEDES

FALA DA PRESIDÊNCIA

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 54ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE ABRIL DE 1980

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, intitulado "Missão de Anchieta", de autoria do professor Arnaldo Niskier.

DEPUTADO FEU ROSA — Realizações da Telecomunicações do Espírito Santo S.A. — TELEST, em 1979.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — O alto sentido social do Decreto-lei nº 1.780, de 14-4-80, que concede isenção de imposto sobre a renda a empresas de pequeno porte.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Atendimento de apelos formulados ao Sr. Ministro do Interior, em favor de construção de açudes e barragens no Estado do Piauí.

DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES — Registro de lançamento de mais um livro do escritor paulista Mário Gracioti.

DEPUTADO OSVALDO MACEDO, como Líder — Decisão do TRT de São Paulo, decretando a ilegalidade da greve dos metalúrgicos do ABC paulista.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA, como Líder — Reparos ao pronunciamento do orador que o antecedeu na tribuna.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:		
Semestre	Cr\$ 200,00	
Ano	Cr\$ 400,00	
Via Aérea:		
Semestre	Cr\$ 400,00	
Ano	Cr\$ 800,00	

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO, como Líder — Protesto contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo ao declarar a ilegalidade do movimento sindical dos metalúrgicos paulistas.

DEPUTADO ALCEU COLLARES, como Líder — Considerações sobre o tema do pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA, como Líder — Reparos a enfoques dados pelos Srs. Adhemar Santillo e Alceu Collares, em seus pronunciamentos na presente sessão, a respeito do movimento grevista de metalúrgicos paulistas.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 43/79-CN, que dispõe sobre a criação da COALBRA — Coque e Álcool da Madeira S/A, e dá outras providências. *Apreciação sobrestada, por falta de quorum.*

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 37/79-CN, que regula o art. 152 da Constituição, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas), e dá outras providências. *Apreciação sobrestada, por falta de quorum.*

3.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 52ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE ABRIL DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quércia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP;

Manoel Ribeiro — PDS; Nêlio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PTB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PTB; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvarô Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PTB; Carneiro Arnaud —

PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PTB; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões — José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PTB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PTB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PTB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PTB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odolfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raimundo Urbano — PTB; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PTB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — PMDB; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — Luiz Baptista — Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraco — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Celso Peçanha — PDS; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna — Florim Coutinho — Hydekél Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PTB; Jorge Cury — Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PTB; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PTB; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldó Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — Peixoto Filho — Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PP; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Forte; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Darío Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PTB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PP; Leopoldo Besson — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcelos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sívio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marcelino — PTB; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achioa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Hélio Levy; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Quimaraes — PDS.

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PDS; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Valter Pereira.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PDS; Antônio Mazurek — PDS; Ari Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luís Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PTB; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Cardoso Fregapani — PTB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cid Furtado — PDS; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PTB; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PTB; Harry Sauer; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PTB; Magnus Guimarães — PTB; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcelos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 393 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no Município de Duque de Caxias, RJ, com apoio da Prefeitura local, Rotary Clube, Subvenções da União de iniciativa parlamentar, pessoas da comunidade e através de promoções beneficentes, a Associação Beneficente de Menores mantém o Patronato São Bento, que atende a 250 menores — garotos — na faixa de 7 a 14 anos de idade. A maior parte dos garotos que vão para o Patronato São Bento são abandonados, sendo que um pequeno número vem de famílias que não têm condições de mantê-los. Os mesmos ao ingressarem no Patronato passam por uma rigorosa triagem, que é feita pelo Serviço Social do Juizado de Menores e da Prefeitura.

Pedro Garcia dos Reis, Presidente da Associação Beneficente de Menores, fala do atendimento que é dado aos garotos:

“No Patronato São Bento nós damos cursos primário, alimentação e cursos profissionais. Num convênio que fizemos com a LBA, já ministramos cursos de pedreiro, encanador, pintor de parede, marceneiro e, atualmente, estamos com o curso de horta. Vamos inaugurar este mês uma padaria e manteremos um curso de pedreiro. Temos uma criação de suínos, vamos iniciar a de aves e continuar com hortaliças.”

“Pedro Garcia continuou dizendo que o resultado disso tudo é ótimo, primeiro pela motivação e depois pela ocupação do menor. Nós trabalhamos mostrando a realidade da vida e com os pés no chão. Pena que nossa oportunidade para fazer isso é muito pequena, porque no momento em que o garoto termina o primário e presta algum serviço, o responsável leva-o. Isso não é bom porque ele se desestrutura, perde aquela condição de liberdade com responsabilidade que passamos para ele. Seria bom que houvesse uma continuidade. Lá o garoto é interno e fica porque quer ficar. Muitos que são retirados pelos pais ou responsáveis, ao chegarem em casa pedem para voltar para o Patronato.”

Segundo o presidente da Associação cada menor custa ao Patronato Cr\$ 1.920,00 por mês, isso em 1979. O melhor preço encontrado para convênios, que pagariam por cada menor, é de Cr\$ 900,00 conclui-se que é necessário uma cota maior mensalmente e para tanto a Associação Beneficente de Menores instituiu um tipo de contribuição chamado “Casal Padrinho”. “É um tipo de sócio que dá uma contribuição correspondente ao que gastamos com cada garoto, explica Pedro Garcia. Apareceram — continua ele — mais casais padrinhos do que crianças que necessitam deles.”

Quanto ao problema do menor em si, o presidente da Associação Beneficente de Menores de Duque de Caxias explicou: “O problema do menor não é de Duque de Caxias é do Brasil. Se você recolhe os menores daqui, dias depois aparecem mais de dez oriundos das favelas do Rio. Não há menor residente em Caxias.”

Nestes 15 anos de trabalho junto e para o Patronato São Bento, Pedro Garcia comentou que a entidade não tem uma equipe médica, assistente social, dentista e pedagogo. Primeiro porque não há recursos para pagar um profissional e segundo que os menores só podem ser internados em perfeita saúde. Em caso de contratempos a entidade é atendida pelos órgãos oficiais INAMPS.”

Sr. Presidente, ao registrar as atividades da Associação Beneficente de Menores de Duque de Caxias, através da palavra do seu operoso Presidente, impõe-se-me o dever de dizer que gostaria que o Brasil soubesse valorizar, de fato, seu potencial humano, dedicando à criança a atenção que ela merece. As crianças interessam muito ao Brasil. Deveriam ser objeto de carinho, de amor, de ternura e de proteção, como fazem outros povos, que chegam a ter obsessão no cuidado ao menor.

Disto é que precisamos no Brasil. Criar a idéia fixa da importância da criança.

O amor e compreensão, a estabilidade social são partes desse todo de que depende, em última análise, o fortalecimento da família. E isso só alcançaremos através de um regime social impregnado de fé cristã, onde o homem tenha primazia sobre o econômico. Nessa sociedade, as famílias sairiam da miséria avassaladora, da desnutrição crônica, e teriam acesso à propriedade do solo onde trabalham e receberiam a justa e correta compensação do seu trabalho, mediante pagamento honesto de salário. Aí, sim, poderiam oferecer à família habitações condignas, educação satisfatória aos filhos, retirando-os da ociosidade, que é o caminho mais fácil para a marginalidade.

Sr. Presidente, sem carinho, sem o calor de um lar, ao relento, faltando-lhe pão, desprovido de crença, carente de sentido moral, livre em suas paixões e manifestações, rodeado de desprezo ou vítima do rancor de seus semelhantes, o menor abandonado destina-se à senda do vício primeiro, à do crime mais tarde.

O Estado efetivará sua proteção, assistência e amparo por meio de medidas preventivas do desajuste da família. A família e o lar são células sociais decisivas na formação moral dos menores. Respeitando a integridade da família, estaremos, sem dúvida, ajudando a infância.

Outra inferência da tese é a consagração de que a ação social, a ação dos particulares, importa tanto como a ação oficial, traduzida em leis e regulamentos protetores. Tem a ação privada doçuras e refinamentos que jamais se observam na ação oficial, excessivamente formal e regulamentar.

Há que abandonar preconceitos e posições farisaicas e corajosamente incentivar a iniciativa particular.

Tudo isso devidamente considerado, formalizo apelo à LBA para que ofereça maior assistência financeira à Associação, tradicional e modelar instituição de proteção ao menor carente como de direito e justiça.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Com a palavra o Sr. Deputado Euclides Scalco.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aos poucos as coisas neste País clareiam. Pelo menos nos planos antinacionais de nosso desastrado Governo.

Volta agora com toda a ênfase e com enorme insistência a meta governamental de controle da natalidade, como sendo a fórmula mágica para resolver todos os problemas que massacraram o Brasil. Mas agora de uma maneira mais clara, sem disfarces. O Governo assume, sem o mínimo escrúpulo, o que o Sr. Walter Rodrigues, Diretor-Executivo da BENFAM no Brasil, pregou na Escola Superior de Guerra e na assessoria que prestou ao grupo que estudava o Plano de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, durante o ano de 79.

De diversas áreas de Governo apareceram manifestações, bem como da área parlamentar governista. Todas na linha de defesa dos princípios malthusianos de que mais povo representa menos comida.

O jornal *Folha de S. Paulo*, de 6-4-80, em artigo de Helival Rios, nos informa que “assustado e impotente para equacionar e resolver o problema do crescimento da miséria em todo o País, o Governo pretende, este ano, imprimir maior ênfase à sua atuação no campo do controle da natalidade, segundo informações confidenciais por fontes categorizadas da área econômica”.

Os fatos não tardaram para a confirmação deste alerta. Na segunda-feira, dia 7 do corrente, S. Ex^a a Senadora Eunice Michiles fazia pronunciamento no Senado defendendo o controle da natalidade.

Na quarta-feira, S. Ex^a o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, depondo na CPI do Senado que examina a violência e a criminalidade, considerou que se a expansão demográfica continuar na faixa dos três por cento anuais, o controle da natalidade “acabará se impondo à realidade brasileira de modo irrecorrível”.

Falando sobre o problema da criminalidade e violência, S. Ex^a afirmou que “o policiamento nas ruas é o único instrumento de que dispõe o Ministério da Justiça, no momento, para reduzir a violência a níveis aceitáveis”. Em síntese, o papel do Governo para enfrentar estes problemas está expresso na manchete do *Correio Brasileiro*: “Ministro da Justiça sugere controle da natalidade e policiais na rua”.

Na quinta-feira, S. Ex^a o Ministro da Previdência Social, Jair Soares, em depoimento feito perante a CPI da Indústria Farmacêutica, também anunciava que medidas para controle da natalidade devem ser adotadas ainda este ano.

Dentro do ciclo de manifestações, é necessário que se registrem as declarações do médico baiano Elsimar Coutinho, Diretor do Centro de Pesquisa de Reprodução Humana da OMS, no dia 25-3-80:

“Não fazer controle da natalidade no Brasil somente serve aos extremistas de direita e esquerda, interessados numa convulsão social para mudar o sistema liberal vigente por um regime de força”.

E prossegue, em sua deformada visão:

"Sobre o argumento de que o controle da natalidade é do interesse do capital estrangeiro, visando à dominação do País, Coutinho comentou, com ironia, que "talvez seja verdade que os capitalistas estrangeiros queiram mesmo a adoção da medida, pois afinal são credores do Brasil e preferem um devedor com um planejamento adequado."

Na quinta-feira, o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Coronel Paulo Azambuja, em palestra proferida no Seminário Brasília-Anos 80, dizia que "a natalidade descontrolada e as migrações desordenadas são as causas mais importantes geradoras da violência em nossa capital".

Prossegue:

"Mas precisa ser estudado, analisado, meditado com profunda seriedade, discutindo com respeito e encontrando um caminho que torne executável uma medida eficaz, possibilitando a substancial diminuição do número de nascimentos e, assim, do número de infelizes brasileiros conhecidos como menores abandonados. São eles os responsáveis, aqui no Distrito Federal, por no mínimo 60% das ocorrências criminais, desde pequenos furtos até assaltos e assassinatos."

Estes fatos nos dão uma mostra da filosofia do atual Governo. Embora em princípio abandonada no decorrer do ano de 79, voltou-se a uma das prioridades do Governo João Baptista Figueiredo, que propõe "a paternidade responsável como uma das medidas para reduzir os bolsões de miséria".

Está claro que tudo, no entender do Sistema — reduzir a inflação, reduzir a violência e criminalidade, reduzir o déficit de empregos, reduzir o número de menores abandonados, reduzir a doença — só se conseguirá diminuindo a população, e para isto é preciso que a mulher brasileira não tenha filhos.

O que na verdade se quer é reduzir a população, para que esta não faça pressão sobre os que detêm o controle dos bens da sociedade, que deveriam, por justiça, ser instrumentos de bem-estar de todos.

A melhor maneira de se fazer o planejamento familiar, ou qualquer outro nome que se dê, não é com autoritarismo, como o Governo pretende, por um programa oficial, através de meios artificiais, como, por exemplo, com DIU e pílulas. Para se pôr em prática um programa de paternidade responsável só há um tipo de pílula, chamada justiça social.

A Alemanha Ocidental, pelo índice de evolução da sociedade, não precisou de nenhum programa oficial de planejamento familiar. Estatísticas de 1976 nos informam que neste país a taxa de natalidade era de 9,8, enquanto a taxa de mortalidade era de 11,9 por mil, portanto um coeficiente demográfico negativo de 2,1 por mil habitantes.

A Alemanha é hoje um país a braços com um grave problema, pois lá morrem mais pessoas do que nascem, o que causa uma séria preocupação, com vistas ao futuro, uma vez que a população ativa diminui assustadoramente. Lá existem campanhas governamentais estimulando a natalidade. Mas o que se tem observado é que se torna mais difícil convencer os casais a terem filhos do que, em países subdesenvolvidos, a planejarem sua família, em face do comodismo em que vivem as famílias com um filho ou nenhum.

Alarma-nos a posição das autoridades brasileiras, que estão enveredando por este caminho que fatalmente nos conduzirá a um grande equívoco. O controle da natalidade nos levará a uma carência de população ativa para impulsionar o trabalho que um país desenvolvido exige. Repete-se aí o exemplo da Alemanha, antes referido.

O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, com 8.551.965 km², com aproximadamente 123 milhões de habitantes, segundo estatísticas do IBGE. Trata-se de dados contestados pelo economista Gilberto Paim, que tomando por base os próprios dados do IBGE, está convicto de que o país terá, no início desta década, de 108 a 110 milhões de habitantes. As conclusões de Gilberto Paim são as seguintes:

"A taxa de crescimento demográfico entrou em declínio a partir de 1965, tendência acelerada a partir daquele ano pela crescente urbanização do País".

Por isso o IBGE era ao projetar para os anos 70 uma taxa de crescimento da população em torno de 2,9% ao ano, a média da década anterior. Na realidade, já no início dos anos 70 a população cresceu no ritmo de 2% ao ano, taxa que hoje se encontra por volta de 1%. Logo, o IBGE está equivocado quando prevê que chegaremos a 1980 com 30 milhões de habitantes, a mais do que em 1970, quando havia 93.139.000 habitantes.

De sorte que num país em que se alteram as estatísticas para diminuir os índices de reajustamentos salariais pode-se perfeitamente admitir que os da-

dos populacionais também são adulterados para satisfazerem a interesses que não são os do povo.

A nossa população, embora considerada grande em números absolutos, é pequena em relação à quantidade de terras habitáveis. Um país como o nosso, com terras férteis, magnífico clima e abundantes recursos naturais, precisa de uma população numerosa para desenvolver-se autonomamente. Assim aconteceu com as duas grandes potências: Estados Unidos e Rússia.

Não é cabível que as autoridades façam do aumento populacional brasileiro um estado catastrófico, pois o Japão, com uma área territorial de 372.313 km², sem terras agricultáveis e recursos naturais e com uma população igual à nossa, faz parte da comunidade que explora o mundo, ou seja, a Trilateral. É de ressaltar que o Japão é 23 vezes menor que o Brasil.

O que vemos é que com a população atual temos uma expressiva força-de-trabalho, fundamental num país agrícola como o Brasil. Mas o que se constata é uma urbanização acelerada geradora de fome e miséria, mas que é realizada a qualquer custo para atender a um modelo econômico concentrador de riquezas nas mãos de poucos.

Num país em que há terras (meio de produção) e gente (trabalho), basta uma economia que permita a seu povo o acesso aos meios de produção para que seja gerado o capital (riquezas). Isto possibilitado, e o povo produzindo e distribuindo suas riquezas mais justamente, com a ascensão econômico-social, a família fará o seu próprio planejamento de habitação, alimentação, saúde, educação e inclusive de sua prole (autocontrolando-se, natural e livremente).

Não devemos nos preocupar com o futuro da Nação em termos populacionais, mas sim com o futuro em relação à continuidade do atual sistema econômico, político e social. Os detentores do poder apregoam que a nossa economia cresce entre 5 e 6% ao ano. Logo, não haverá problemas para uma população que cresce, no dizer do Ministro da Justiça, 3% ao ano. Ocorre que este crescimento econômico beneficia somente 10% da população brasileira. Se este benefício, que é fruto do trabalho da Nação, fosse justamente distribuído, não teríamos a calamidade da criminalidade e violência, da fome, da miséria, nos milhões de chagásicos, de portadores de leishmaniose, tuberculose e de menores abandonados que se transformam em pivetes que assustam as madames das grandes cidades. Mas de quem é a culpa? Dos menores? Dos pivetes? Das mães que os puseram no mundo? Não, esta situação que encontramos no Brasil é histórica, pois sempre vivemos numa sociedade em que a classe dominante não possibilitou que o povo tivesse acesso aos meios de produção, e sempre foram usados como meios de produção para a acumulação de cada vez mais riqueza na mão de cada vez menos brasileiros.

Num país com a maior área de terra agricultável do mundo, o que vemos? Vemos um governo que adota um modelo econômico que privilegia a grande empresa rural em detrimento da economia familiar, tradicional no País. E, com isto, os centros urbanos incham de expulsos da terra.

Ao invés de as autoridades, como fizeram na semana que passou, se voltarem para a tese de diminuir os filhos para erradicar a fome e a miséria, deveriam unir-se aos interesses do povo brasileiro e propor de imediato uma reforma agrária, que privilegiasse o homem e não a máquina (indústria multinacional). E aí o Sr. Ministro da Justiça não precisaria ter tanta preocupação em ter que criar 1,5 milhão de empregos por ano.

Por outro lado, que implantasse uma reforma urbana que desse ênfase às ações de interesse popular, e não às da especulação imobiliária. Que os equipamentos urbanos atingissem as periferias das cidades, para integrar toda a população na construção da sociedade e o usufruto de seus instrumentos de educação, saúde e bem-estar social.

Deve-se adequar o parque industrial do País aos interesses nacionais e não permitir que se continue com uma indústria planejada e construída para realidades que não são nossas. São modelos impostos, válidos em outros contextos, porém negativos no nosso.

Portanto, refutamos a proposta de controle da natalidade, quaisquer que sejam os argumentos, por carecerem de fundamentação. Em nenhum país desenvolvido tomou-se tal prática. Tais medidas são próprias dos países subdesenvolvidos, por imposição de interesses alienígenas, e, quando não, por soluções simplistas de quem, não sendo estadista, não percebe o que se passa por detrás do horizonte.

São claros os dados que podemos recolher na análise de situações em diversos países, que nos mostram que os coeficientes de densidade demográfica, taxa de natalidade e mortalidade infantil estão estreitamente ligados com o grau de participação do povo na distribuição da riqueza. Alguns exemplos estatísticos, referentes ao ano de 1976, tornam mais clara a compreensão.

<i>Países</i>	<i>densidade demográfica</i>	<i>taxa natalidade (por mil)</i>	<i>mortalidade infantil/mil</i>
Bélgica	324,1 hab/km ²	12,6	16,2
Alemanha Ocidental .	247,4 " "	9,8	19,8
Alemanha Oriental	155,7 " "	11,6	16,0
Formosa	431,0 " "	25,9	19,4
México	31,6 " "	43,4	52,0
Uruguai	15,6 " "	21,1	45,4
BRASIL	13,2 " "	37,8	105,0

Vergonhosamente, a mortalidade infantil, em nosso País, encontra-se entre as mais altas do mundo, sendo companheiro de estatística de países como a Turquia, Índia, Zaire, Paquistão e Indonésia. E não se diga que isto é por excesso de população, pois temos um dos mais baixos índices demográficos. Bélgica, Alemanha, Formosa têm um índice demográfico infinitamente maior que o nosso, e não apresentam esta lamentável taxa de mortalidade infantil. E também, pelos dados estatísticos citados, exatamente as altas taxas de natalidade e mortalidade estão nos países subdesenvolvidos, o que demonstra, com clareza, que a miséria não se combate limitando os nascimentos, mas sim propiciando uma distribuição de renda digna, para que, com dignidade, o povo viva.

Um modelo econômico-social justo em que o povo participe da discussão, planejamento e decisão, como um agente do processo e não como instrumento de um sistema, haverá de resolver os grandes conflitos e problemas com que a sociedade brasileira se depara, e que tanto assustam a classe dominante.

Está claro que a Nação precisa encontrar uma saída para a situação difícil em que se encontra. E nós entendemos que só há um caminho para encontrarmos este objetivo: a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, onde democraticamente o povo dará as diretrizes para explicitar um novo pacto social, no qual o povo terá participação efetiva. O pacto que se originou do golpe de 64 e 68 excluiu o povo brasileiro, razão por que estamos chegando ao impasse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem, no Grande Expediente da Câmara dos Deputados, ocupamos a tribuna para falar a respeito da situação das populações nordestinas. Em consequência dos apertes com que nos honraram vários Deputados, não foi possível, naquela oportunidade, concluir o nosso pensamento a respeito da situação de dificuldades, até mesmo de miséria, que enfrenta aquela gente do Nordeste. Mas, Sr. Presidente, o nosso pensamento já foi exposto em vários pronunciamentos nesta Casa. Apesar de tudo isso, não recebemos uma resposta satisfatória, ou que pelo menos nos tranquilizasse, do Governo. Ocorre que temos obras de médio porte que foram suspensas, que não tiveram continuidade, como a construção das eclusas na barragem de Boa Esperança. Com cerca de dois terços realizados, aqueles serviços não prosseguiram e não sabemos ainda a razão dessa atitude do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Como dissemos, temos ali uma bacia hidrográfica portentosa; afluentes caudalosos convergem para o Parnaíba, dentre os quais podemos apontar, pelo lado do Piauí, o Rio Gurgueia, além de outros muitos pelo lado do Maranhão, como o Balsas. E sucede, Sr. Presidente, que todo aquele precioso líquido está a perder-se, no Atlântico, sem que nenhuma providência no sentido da irrigação das nossas terras tenha sido até agora tomada pelas autoridades federais.

Desejo renovar os apelos que tenho feito ao Presidente João Figueiredo, para que S. Ex^a comande pessoalmente esta luta em favor do Nordeste, porquanto Ministros que se esforçam para resolver nossa situação não têm encontrado o apoio econômico necessário para alcançar resultados objetivos e concretos. É o caso do Ministro Mário Andreazza, que tanto esforço tem feito para implantar projetos de recuperação daquela região, mas não os tem levado a bom termo porque não dispõe dos recursos indispensáveis para tanto. Daí fazer-se necessária a presença do Presidente da República para, em entendimento com o Ministro do Planejamento Delfim Netto, estabelecer prioridades para as obras que possam oferecer rentabilidade econômica, garantir o nosso desenvolvimento no presente e, afinal de contas, minorar a fome das populações carentes de alimentos.

Sr. Presidente, neste breve pronunciamento não nos é possível maiores divagações sobre estes assuntos; apenas queremos registrá-los mais uma vez, para que, falando sempre, sejamos ouvidos e as providências alcancem as po-

pulações do Nordeste que se deslocam, a todo instante, à procura das nossas megalópolis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Mardini.

O SR. HUGO MARDINI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejamos, nesta sessão do Congresso Nacional, homenagear a figura de Honório Fagundes de Carvalho, um dos eminentes pró-homens rio-grandenses que construíram e consolidaram a Cidade de Encruzilhada do Sul. E o fazemos, Sr. Presidente, para lembrar que Honório Carvalho destacava-se pela preocupação de servir desinteressadamente, sem esperar qualquer recompensa, apenas atendendo aos impulsos de bondade que o caracterizavam. Embora conseguindo amealhar razoável fortuna, foi um homem que primeiro como comerciante e depois como fazendeiro, terminou perdendo quase tudo ao comprometer seus bens para a salvação de terceiros. A fim de saldar compromissos alheios, perdeu suas duas fazendas, sem que jamais se houvesse ouvido de seus lábios qualquer sentimento de queixa.

Ativo participante das lides políticas do seu Estado, alistou-se nas hostes republicanas, sob a chefia de Júlio de Castilhos e, mais tarde, de Borges de Medeiros. Intendente do Município, ocupou também lugar no Conselho Municipal, atual Câmara dos Vereadores, em sucessivas administrações. Foi Chefe do Partido Republicano Rio-grandense e, em 1935, candidato da Frente Única, eleito Prefeito em memorável pugna, opondo-se à situação política dominante.

Extintos os mandatos de Prefeito e Vereadores, com o golpe de 1937, permaneceu no cargo, por nomeação, até 1947. Quando da criação de novos partidos políticos, após a deposição de Vargas em 1945, o Coronel Honório de Carvalho foi um dos fundadores do PSD, demonstrando mais uma vez a fibra de velho político e sólido prestígio nas lutas eleitorais que se seguiram. Sempre a amparar seus correligionários, leal com amigos e adversários, o velho Coronel deixou uma imagem de pureza e honestidade, reconhecida até pelos que o combatiam.

Em memória deste grande e bravo gaúcho, queremos registrar, nos Anais desta Casa, voto de pesar pela passagem do centésimo aniversário do nascimento do sempre lembrado Coronel Honório Fagundes de Carvalho; cuja vida foi um exemplo digno de ser seguido pelas novas gerações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PP — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Sem dúvida alguma estamos vivendo uma época de amplo obscurantismo cultural, social e político.

são sem conta os atos de arbítrio, de discriminação, de abuso de autoridade, da politicalha do mais baixo nível, de desrespeito às decisões judiciais, denunciados aqui e alhures, enfim, vivemos uma autêntica parafernália, própria de um País em crise de autoridade, dominado pelos carreiristas e oportunistas que se apossaram do poder.

Inúmeras são as denúncias que temos feito desta tribuna de atos praticados pelas autoridades encasteladas nos cargos públicos contra o trabalhador, contra o estudante, contra a dona de casa, contra o lavrador e até mesmo contra os direitos irreversíveis da mulher brasileira.

Agora volto a esta tribuna para denunciar um fato que reputo da maior gravidade. A administração do Banco do Brasil, no Estado do Pará, através de seu gerente, Sr. Walter Vítório Costa, baixou um "aviso" destinado a todos os funcionários-estudantes para que não façam matrículas em horários coincidentes com os do trabalho no Banco. Aí está uma violência inominável que não pode passar sem nosso protesto. Ao invés de estimular o servidor bancário a estudar, a aperfeiçoar seus conhecimentos, exerce coação acintosa com ameaças descabidas.

Não podemos situar muito bem a relação de causa e efeito dessa conduta administrativa do gerente do Banco. Não podemos afirmar, com precisão, até que ponto essa política administrativa do gerente do Banco do Brasil possa influir nos níveis de conhecimento dos funcionários daquele estabelecimento, em Belém. Mas que há uma coincidência muito grande não há a menor dúvida. Assim é que, em novembro, o Banco do Brasil fez realizar um concurso interno para efeito de promoção de seus servidores, de âmbito nacional. Em todo o território nacional houve 2694 inscritos. Apenas 560 lograram êxito. E vejam bem que discrepância: um único candidato obteve aprovação no Estado do Pará.

Seria isso meramente ocasional ou o resultado de medidas antipáticas e arbitrárias, sob todos os pontos de vista, prepotentes e abusivas de autoridade?

Não se pode deixar fato de tamanha gravidade sem um registro e o protesto de nossa atenta atuação nesta Casa.

Como não podemos obscurecer, aliás no próprio Banco do Brasil, no mesmo Estado do Pará, o gerente local haver afastado de suas funções no Banco o funcionário Carlos Levy por ter o mesmo vencido as eleições para a Presidência do Sindicato dos Bancários do Estado do Pará, quando se encontrava acobertado pela CLT, inscrito legalmente para as eleições classistas.

É a máquina estatal opressora em plena marcha, corrompendo, amealhando, praticando verdadeiro terrorismo nos meios sindicais, podendo mesmo ser apontada como culpada pelo desequilíbrio que se instalou nos órgãos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Presidência deseja resolver questões de Ordem suscitadas na sessão anterior. Na primeira, o nobre Deputado Pimenta da Veiga solicitou manifestação da Mesa sobre a devolução das Propostas de Emenda à Constituição que sofreram retirada de assinatura de alguns Parlamentares. Na segunda, o nobre Deputado Claudino Sales, ao contraditar a questão levantada pelo Deputado Pimenta da Veiga, afirmou que, uma vez que aquelas propostas haviam sido publicadas no "Diário do Congresso Nacional - seção da Câmara", não mais poderiam ter as assinaturas retiradas, esclarecendo, ainda, que novas assinaturas já haviam sido encaminhadas à Mesa do Senado a fim de preencher o mínimo regimental exigido para apresentação e tramitação daquelas propostas. Em relação às questões levantadas, a Mesa entende que as assinaturas apostas às Propostas constitucionais podem ser retiradas até o momento da sua leitura em sessão conjunta do Congresso Nacional e consequente publicação. As disposições do Regimento da Câmara, invocadas pelo nobre Deputado Pimenta da Veiga, estabelecem: o artigo 114 — que proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara; e o seu § 10 que, nos casos em que as assinaturas não representem apenas apoio, não poderão ser retiradas após a respectiva publicação.

Ora, no caso de Proposta Constitucional, é evidente não tratar-se de proposição sujeita à deliberação da Câmara, e, sim, do Congresso Nacional. Nessas condições, acreditamos e decidimos que as Propostas Constitucionais, enquanto permaneçam na Secretaria do Congresso, podem ter não somente assinaturas retiradas como adicionadas. Foi este, sempre, o entendimento da Mesa. Dentro desse raciocínio, quero considerar que, tendo sido lidos, na sessão de ontem, os pedidos de retirada de assinaturas, a Mesa providenciará junto à Secretaria do Congresso para que examine o problema e considere retiradas aquelas assinaturas e, em face das novas assinaturas adicionadas, examine aquelas que ainda permanecem com o número constitucionalmente exigido. Após esse exame aquelas que deixarem de preencher essa condição constitucional serão devolvidas aos seus primeiros signatários para que, se assim o desejarem, voltem a encaminhá-la já com o *quorum* mínimo de assinaturas exigido.

Quanto à ordenação dessas propostas, uma vez novamente completadas as assinaturas — questão levantada pelo nobre Deputado Antônio Carlos de Oliveira — os regimentos não tratam expressamente da matéria, convindo citar o procedimento adotado pela Mesa em oportunidades anteriores. Em abril de 1979, alguns subscritores requereram a retirada de suas assinaturas nas Propostas nºs 8 e 11/79, que aguardavam leitura.

A Mesa determinou à Secretaria que procedesse à verificação, para saber se, com a retirada de assinaturas, poderiam ou não as Propostas terem tramitação. Nos termos regimentais, foram elas devolvidas aos primeiros signatários, os Senhores Deputados Castejon Branco e Antônio Zacarias, respectivamente.

Ambas foram reencaminhadas à Presidência, uma vez completado o número mínimo de assinaturas exigido, voltando a tramitar com o mesmo número, resguardada a ordem de sua apresentação inicial.

Estes os esclarecimentos da Mesa, e esse o entendimento que leva a Presidência a indeferir a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Claudino Sales.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Esgotou-se, no dia 12 de abril corrente, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre o veto apostado ao Projeto de Lei nº 35, de 1979—CN (Complementar), que altera a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

A matéria constou da Ordem do Dia em duas sessões sem que fosse votada por falta de *quorum*.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, o veto é considerado mantido.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão, em turno único, das partes vetadas dos Projetos de Lei nºs: 43, de 1979—CN, que dispõe sobre a criação da COALBRA — Coque e Alcool da Madeira S/A., e dá outras providências; e 37, de 1979—CN, que regula o artigo 152 da Constituição, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, altera dispositivos da lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas), e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1979—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 194, de 1979—CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.708, de 30 de outubro de 1979, que altera o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.237, de 12 de setembro de 1972.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo por ambas as Casas do Congresso Nacional e dispensada a redação final nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1979—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 197, de 1979—CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.707, de 30 de outubro de 1979, que modifica os Decretos-leis nºs 1.312, de 1974, 1.460, de 1976, 1.562, de 1977, e 1.651, de 1978.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA 53ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE ABRIL DE 1980.

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Albertó Silva — Bernar-

dino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr

Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Morais — PTB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PTB; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PTB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PTB; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PTB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djaima Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB;

Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PTB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PTB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PTB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odufelo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raimundo Urbano — PTB; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PTB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — PMDB; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata; Luiz Baptista; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Celso Peçanha — PDS; Daniel Silva — PP; Darçílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna; Florim Coutinho; Hydelkel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PTB; Jorge Cury; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PTB; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PTB; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria; Peixoto Filho; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PP; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Forte; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PTB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz; Jorge Vargas — PP; Jose Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PP; Leopoldo Besone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcelos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho. — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Cury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marçílio — PTB; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achoa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Hélio Levy; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PDS; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Valter Pereira.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PDS; Antônio Mazurek — PDS; Ari Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luís Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PTB; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Cardoso Fregapani — PTB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cid Furtado — PDS; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PTB; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PTB; Harry Sauer; Hugoardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PTB; Magnus Guimarães — PTB; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcelos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está aberta a sessão. Honra-nos com a sua presença o Sr. Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a quem convido a compor a Mesa. (Pausa.)

O Sr. Antônio Neder toma assento à Mesa, à direita do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Achando-se presente na Casa o Sr. Gilberto Freyre, a Presidência designa os Srs. Geraldo Guedes, Marcos Freire e José Sarney, para introduzir o homenageado no plenário.

(Acompanhado da comissão designada, dá entrada no recinto o Sr. Gilberto Freyre.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A presente sessão, atendendo a requerimento subscrito por vários parlamentares, destina-se a homenagear o escritor Gilberto Freyre, pelo transcurso de seu octogésimo aniversário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema, que falará em nome do Senado Federal.

O SR. ADERBAL JUREMA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Luiz Viana Filho; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marçílio; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antônio Neder; Srs. membros

da Mesa; Srs. parlamentares; Srs. representantes do Ministério do Governo João Figueiredo; minhas senhoras, meus senhores:

O Congresso Nacional homenageia, hoje, a inteligência brasileira na pessoa ilustre do escritor pernambucano Gilberto Freyre, que, nos seus 80 anos de vida dedicada ao estudo e à pesquisa, é um admirável exemplo de intelectual que honra esta Nação, com projeção no universo das idéias.

É, sob o signo da "Aventura e Rotina", título de um de seus livros, que recebemos, nesta Casa do povo brasileiro, a figura maior de nossas letras.

Aventura e rotina que têm sido, ao lado da região e tradição, uma constante na vida intelectual de Gilberto Freyre, desde os seus primeiros trabalhos de adolescente, até os seus maiores e espetaculares ensaios que se iniciaram com a publicação de "Casa Grande & Senzala", em 1933.

Fui dos que, no seu cinquentenário, comemoraram aquela data marcante para a cultura brasileira com o maior entusiasmo, tentando até fazer uma edição da antiga revista "Nordeste" a ele dedicada. Tenho nos meus arquivos, que não são tão implacáveis como os do pernambucano João Condé, carta afetuosa de Gilberto, declinando da homenagem e confessando-se profundamente sensibilizado com a lembrança.

Coincidentemente, aqui estou, escolhido pelo Presidente do Senado da República, escritor Luiz Viana Filho, para, em nome de meus pares, saudar o vigoroso oitento que honra qualquer parlamento em recebê-lo com as galas de herói da cultura. Herói ullyseano pela coragem e imaginação com que se entregou aos estudos de Sociologia, Antropologia e História no país que, à época, apresentava uma tendência olivieravianamente ariana.

Gilberto Freyre não foi apenas o autor do "Manifesto Regionalista" de 1926, quando estabeleceu os parâmetros entre o que era genuinamente nosso e o que representava uma literatura de importação. Preocupou-se, nesse manifesto, que mudou a face da ficção e da poesia nordestinas, em tomar uma posição geoliterária inusitada e, à primeira vista, provinciana.

Nasceu o Movimento Regionalista e Tradicionalista do Recife sob dois fogos: de um lado, o academicismo, a rotina pelo gosto da rotina; do outro, o modernismo ortodoxo, a aventura desordenada pelo prazer exclusivo da aventura.

Com os trabalhos publicados no livro "Nordeste", Gilberto Freyre firmava-se no binômio região e tradição, que são as grandes coordenadas de toda a sua obra de interpretação histórico-cultural deste País.

Se aceitamos o conceito sociológico do poeta T.S. Eliot de que cultura é modo de vida, claro está que a soma desses modos de vida, distribuídos pelas diversidades regionais, forma uma autêntica cultura nacional mais rica e mais genuína. Sociologicamente o modo de vida de cada região tem que se transmitir através da tradição. É a tradição que realiza essa transmissão de valores, de geração a geração. Se abafarmos ou padronizarmos o autenticamente regional, estaremos seccionando a cultura, porque liquidaremos com a tradição. A herança dessa experiência de vida é a própria razão de ser desta Casa da democracia, e ninguém melhor do que Gilberto Freyre a defendeu quando estudou, em "Casa Grande & Senzala", a formação da sociedade brasileira, procurando localizar os valores herdados através de uma visão antropológica dos fatos, a fim de que eles pudessem ficar culturalmente identificados. Por isso que Jean Pouillon, o crítico da revista de Sartre, *Les Temps Modernes*, afirmou que Gilberto Freyre "realiza o verdadeiro objeto da história, quando consegue uma unidade que nada tem de artificial". E o comentarista especializado em assuntos históricos de *Nouvelle Revue Française* confirma a opinião do crítico existencialista ao assinalar que "nada é abstrato no livro de Gilberto Freyre: ao contrário, o que se encontra nele é uma riqueza de pormenores humanos, de descrições ou flagrantes da natureza humana e do próprio coração do homem, que faz de uma obra científica um épico literário tão fascinante como o *Guerra e Paz*, de Tolstói, e o *Don Quixote*, de Cervantes".

Sob o signo da região e da tradição, Gilberto Freyre projetou-se, como valor transcultural, não apenas com a tradução de suas obras ou com homenagens raramente concedidas a sul-americanos como a da centenária Universidade de Colúmbia, mas, sobretudo, porque se manteve ullyseanamente vivo, ao estudar o nosso passado sem subestimar a densidade sociológica de marcantes fatos históricos.

Foi na tribuna do Instituto de Pangim, em pleno coração da Nova Goa, possivelmente ainda com os seus legítimos sobrados lusitanos de dois andares e telhados de quatro águas, velhos conhecidos meus das gravuras de Lopes Mendes, que Gilberto Freyre, em novembro de 1951, sugeriu, pela primeira vez, a criação, em caráter experimental, de cátedras de Luso-Tropicologia, onde se estudassem, sob o critério de área, a aclimação e a aculturação portuguesa nos trópicos. Critério de área que é, para o sociólogo pernambucano, uma ampliação do critério de região, com uma sistemática transnacional. A partir dessa conferência de Goa, Gilberto Freyre passou a denominar os seus estudos luso-tropicais de Luso-Tropicologia, da mesma maneira que Maspe-

ro criou uma Egiptologia e A. Bessmerthy e J. Bromwell deram foros de ciência a uma possível Atlantologia.

Hoje, os seminários de Tropicologia, sob sua coordenação, são um patrimônio universitário das Américas.

Já na velha sala dos Capelos, da Universidade de Coimbra, de regresso à sua peregrinação ao Ultramar Português, onde o gosto da aventura não prejudica a lucidez da observação sociológica, Gilberto Freyre explica didática e convincentemente:

"O novo conceito de tropicalismo, reagindo contra o antigo, seria uma reabilitação também do melanismo, nem todo ele patológico, como viria a demonstrar no século XX a Antropologia; nem todo ele característico de diabo ou estigma de anjos maus, como já demonstrara a pintura não só descritiva como interpretativa dos Guguin, voltada para as mulheres, os homens, os adolescentes de cor como para afirmações de beleza e de ternura humanas senão superiores às belezas de corpo e de alma dos brancos, a elas iguais em efeitos plásticos e em manifestações de afetividade e de cordialidade através de brilhos de olhar e de doçuras de sorrir, dificilmente encontradas entre brancos e europeus; ou nos habitantes de climas frios, brumosos, cinzentos."

No conjunto do mundo luso-tropical, a Índia e a África portuguesas precisam ser estudadas juntamente com o Brasil, respeitando-se o tempo sociologicamente diferente de cada grupo humano, como nos adverte Gilberto Freyre, citando a tese do Prof. Gurvitch — de que cada grupo humano tem o seu tempo social — mas não se deixando de estabelecer, dentro desse critério de relacionismo e de interrelacionismo histórico, os pontos de contato entre a paisagem física e humana dos trópicos e a ação plasticamente civilizadora do elemento luso. Ação nem sempre com igual ritmo, no tempo sociológico, devido aos processos ecológicos de inter-relação entre homens, coisas, plantas e animais. Daí o velho critério regional servir de ponto de partida para o moderno de área, onde seriam precisados os vários trópicos e quase trópicos, aparentemente homogêneos na sua posição geográfica, mas diversificados pelas culturas regionais. Curioso observar a constante do comportamento português nesse trópicos, subtropicos e quase trópicos, o que vem reforçar a afirmação de Gilberto Freyre, quanto à sua admirável adaptabilidade no Brasil, na África e na Ásia. Para o fenômeno ecológico e social dessa adaptabilidade, dessa plasticidade do português, que não perdeu o contato com a sua cultura materna, antes a engrandeceu multiplicando-a no relacionamento com povos culturalmente diversos, e que a Luso-Tropicologia, hoje mais abrangente — a Tropicologia — clama por estudos sistematizados em cátedras universitárias não só nas Américas, no Ultramar Português, como também na Europa e na Ásia. Estudos que abririam novas perspectivas ao conhecimento do nosso passado, como também projetariam largas avenidas de transnacionalismo para o futuro do mundo tropical. Assume, assim, a Tropicologia tal importância nos domínios das ciências do homem que poderá vir a completar as conhecidas insuficiências da Sociologia da Cultura, tão flagrante em um Alfred Weber e, ainda mais recentemente, em um historiador do porte de Arnold Toynbee, no que se relaciona com as observações sobre povos de áreas tropicais, como uma contribuição para uma mais universal e inter-relacionada história da Cultura.

Sobre Gilberto Freyre, o intelectual combatente, o Deputado Federal dos estudantes, o Senador Luiz Viana Filho, ao saudá-lo na Associação Atlética da Bahia, em novembro de 1943, se expressava desta forma:

"Não seria, pois, necessário dizer que num mundo assim não há lugar para aquele tipo de intelectual puro, encerrado na torre de marfim, alheio aos problemas sociais e políticos da humanidade e apenas voltado para as emoções do belo ou as investigações do gabinete. Cada qual teve de tomar a sua posição na batalha das idéias. E Gilberto Freyre não poderia escapar à contingência. Hoje, ele já não é somente o homem de letras, o pesquisador e o estudioso dos problemas sociológicos. A esses títulos e a esses trabalhos teve de acrescentar outro: o de combatente, o de homem que luta e sofre pelas suas idéias e pelo direito de ser livre".

Ao saudarmos o eminente cidadão das Américas e do mundo, o campeão da aventura da palavra escrita e o franciscano da rotina criadora, estendemos esta saudação a seus filhos Sônia e Fernando e a sua exemplar companheira, a paraibana Madalena Guedes Pereira Freyre, que representam o seu universo afetivo tão pernambucanamente constituído.

Receba, mestre e amigo, as homenagens do Senado da República ao seu trabalho admirável de escritor e cidadão desta Pátria que amamos. Saudamos, como já disse certa vez da Câmara dos Deputados, na sua obra e na sua personalidade de escritor e de homem público, o exemplo magnífico que se

deve projetar para as gerações de hoje e do amanhã. Desse amanhã que é tão jovem quanto a esperança. (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Deputado Thales Ramalho, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. THALES RAMALHO (PP — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Luiz Viana; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antônio Neder; autoridades civis e militares aqui presentes; Srs. Senadores e Srs. Deputados; mestre Gilberto Freyre: No belo discurso, proferido desta tribuna, na sessão em memória do Deputado Gracho Cardoso, V. Ex^a observou que "ele ultimamente vivia nesta Casa como um padre velho para a sua catedral".

Padres velhos temos sido também quase todos nós que continuamos a viver aqui, nesses longos anos de penitência, para a mesma velha catedral do velho Gracho, hoje um tanto despojada do seu antigo esplendor.

Mas a pompa natural, esta permanece viva. E o espírito anti-Cesar, também.

De outro modo, como poderíamos receber aqui brasileiro tão notável e, à sua maneira, tão extraordinariamente livre como V. Ex^a?

V. Ex^a, que jamais foi um poderoso da República, que não exerceu nunca o poder político, tal como o entendemos e o praticamos no Brasil, é acolhido hoje, na doce juventude dos seus oitenta anos, nesta memorável sessão do Congresso Nacional, para ser justamente homenageado e reverenciado, pela circunstância, singularíssima entre nós, de ser e ter sido sempre, como gosta de declarar, apenas "um escritor".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados. Esse pernambucano do Recife, recolhido quase a vida inteira na Casa Grande de Santo Antônio de Apipucos, onde escreveu a maior parte de sua extensa obra, tem tido, no entanto, freqüentemente, reclamada a sua presença nos mais importantes conclave internacionais para ser ouvido sobre os problemas do nosso tempo e sobre o futuro da humanidade.

Reclamada pela Assembléia Geral de UNESCO, em 1948, que reuniu, na cidade de Paris, as oito maiores autoridades do mundo em Ciências Humanas — Gilberto Freyre, George Gurvitch, Max Horkheimer, Arne Naess, John Rierman, Harry Sullivan, Alexander Szalai e Allport — para um seminário sobre "tensões que causam guerras".

Pela Assembléia Geral das Nações Unidas, por duas vezes: a primeira, em 1954, para ouvir o seu parecer sobre a questão racial na União Sul Africana; e a segunda, em 1966, no seminário que realizou sobre o Apartheid.

Presença constante nas Universidades dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia, como nas Universidades latino-americanas e brasileiras, para dar cursos e pronunciar conferências, inclusive sobre a sua própria obra, como o seminário de alto nível promovido pela Sorbone, em Cerisy, cujos debates foram Gurvitch, Gouthier, Bastide, Bourdon, Malraux e Duvignaud.

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Colúmbia, Professor Emérito das mais antigas e famosas Universidades do mundo; sociólogo, antropólogo, jornalista, poeta, pintor, ensafista, romancista, político, creio que, no campo do conhecimento humano, não há brasileiro mais completo e profundamente informado do que Gilberto Freyre.

Não ousarei falar de sua obra e da influência que teve sobre várias gerações de brasileiros e, até de estrangeiros.

Quem sou eu para fazê-lo?

Não resisto, porém, a tentação de assinalar que Gilberto nunca pôde separar-se da política.

E falando de política, nem tanto incidentemente, a frase inicial do prefácio que escreveu, em 1933, para o seu primeiro e grande livro, "Casa Grande e Senzala": "Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio".

Exílio político. Por motivos políticos. Contingência da política.

Quando eu vi pela primeira vez, em 1943, foi numa reunião política, de conspiração política contra a ditadura instalada no País desde 1937. Reunião um tanto romanticamente política, pois éramos todos jovens desarmados dispostos a lutar, como lutamos, contra uma polícia armada até os dentes, e sangüinária, como sangüinárias são todas as polícias de todas as ditaduras.

Nesse tempo, Sr. Presidente, o homem a quem o Congresso Nacional presta hoje tão brilhante quanto merecida homenagem, tinha, numa Delegacia ironicamente denominada de Ordem Política e Social, seguinte prontuário:

"Gilberto de Melo Freyre, é identificado nessa Delegacia desde 1º de fevereiro de 1935, sob nº 13.175, como Agitador.

Organizador da Frente Única Sindical orientadora das greves preparatórias do movimento comunista de 1935.

FRENTE ÚNICA SINDICAL

Fundada em 1º de fevereiro de 1935 e tinha sua sede na rua do Imperador nº 351, 2º andar, onde funcionava também a Federação das Classes Trabalhadoras.

Organização

Comitê Central — constituído de homens perigosíssimos:

Emiliano Di Cavalcanti — Desenhista, residente no Palace Hotel.

Gilberto de Melo Freyre — Escritor, residente à Av. Rosa e Silva, nº 317.

Eugênio Coimbra Júnior — Jornalista, residente à rua 15 de Novembro, nº 119.

Amaro Velloso da Silva — Panificador, residente no Fiúza em Afogados.

Cícero dos Santos Dias — Pintor, residente à rua Arco-Verde, nº 158.

Heitor Maia Filho — Arquiteto, residente à rua Amaro Bezerra — Derby.

João Bezerra da Silva — Gráfico, residente na rua de São Bento, nº 36, Arruda, e outros cujos nomes não chegaram ao conhecimento desta Delegacia.

Objetivo — Agitação em sinal de protesto à Lei de Segurança Nacional, conforme depoimentos de: Gilberto de Melo Freyre, Emiliano Di Cavalcanti, Eugênio Coimbra Júnior, Amaro Velloso da Silva, Heitor Maia Filho e Cícero dos Santos Dias.

Meios: Paredes, telegramas, boletins, etc. conforme depoimentos de Heitor Maia Filho, Cícero dos Santos Dias, Eugênio Coimbra Júnior e Emiliano Di Cavalcanti."

Foram tempos de luta, de perseguições, de prisões, tempos de enfrentar patas de cavalos no meio das ruas.

Para toda uma geração de pernambucanos e nordestinos, que abriu os olhos para a vida pública brasileira lutando contra a ditadura do Estado Novo, Gilberto foi não somente um político, mas um líder político extraordinário e desassombrado.

Revendo-o, neste instante, no Plenário do Congresso Nacional, vêm-me à memória todos aqueles acontecimentos: o comício nas escadarias da Faculdade de Direito, quando Roma foi libertada do fascismo; o outro, da sacada do velho edifício do *Diário de Pernambuco*, quando, no momento exato em que começou a falar, a fuzilaria da polícia, vinda de todos os cantos da praça, desabou sobre nós e sobre o povo que nos ouvia, abatendo mortalmente o nosso companheiro Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Elias; o dia da liberdade reconquistada; o dia em que os estudantes levantaram a sua candidatura à Assembléia Nacional Constituinte.

Sobre estes fatos e a respeito da sua atitude diante da política, V. Exª, daqui mesmo desta tribuna, em discurso pronunciado no dia 28 de abril de 1950, dirá melhor:

"Se hoje sou deputado por Pernambuco, com alta honra para mim, e se fui constituinte na Assembléia Nacional de 1946 — outra honra insigne de que guardarei sempre a recordação —, sabem os pernambucanos, embora o fato seja ignorado fora de Pernambuco, que fui candidato, no derradeiro dia de inscrição, não de mim mesmo nem de facção nem de partido algum — pois não era então político nem o sou hoje senão excepcionalmente — mas da mocidade pernambucana independente, à qual a União Democrática Nacional oferecera uma de suas cadeiras: justo reconhecimento do fato de que, antes de organizados ou sequer esboçados os atuais partidos políticos naquele ou em qualquer outro Estado do Brasil, antes do "Manifesto Mineiro", antes da "entrevista José Américo", levantara-se de fato e de peito descoberto contra o prolongamento do poder ditatorial entre nós a mocidade pernambucana — como aliás a paulista — das escolas superiores; e levantara-se a de Pernambuco de modo tão desassombrado que essa sua atitude pela redemocratização do país lhe custaria a vida de Demócrito de Souza Filho na tarde sinistra de 3 de março de 1945, além da prisão de muitos e das perseguições a vários, sofridas todas virilmente.

Foi essa mocidade sacrificada que não só indicou o meu nome à representação de Pernambuco na Constituinte e na Câmara Federal como de tal modo instou comigo para que aceitasse o mandato — já que se apresentava livre de compromissos rigidamente partidários — que acabei concordando, diante do excepcional das circunstâncias, em ser candidato a deputado por Pernambuco. Candidato a deputado pouco mais de uma quinzena antes das eleições.

Devo recordar que não foi só a União Democrática Nacional, por todos os seus ilustres organizadores em Pernambuco e por seus mais destacados líderes no Rio de Janeiro e noutros Estados, nem apenas a Esquerda Democrática, hoje Partido Socialista Brasileira, por unanimidade, que em 1945 me honraram com insistentes convites para concorrer, como seu candidato, à eleição para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946 e para a atual Câmara dos Deputados. Também o Partido Comunista do Brasil, por intermédio de comissões que mais de uma vez me procuraram em minha residência de Apipucos, em nome da direção central do Partido, instando comigo para que figurasse na sua chapa sem compromisso de ordem partidária: apelo a que se juntou dramaticamente o do notável brasileiro Sr. Luiz Carlos Prestes, em discurso de praça pública e em palavras que ainda hoje devem doer naqueles indivíduos, fracassados na literatura e refugiados às margens do Comunismo ou dos Fascismos, um tanto à maneira de solteironas nem sempre seraficamente refugiadas nas sombras das sacristias. Fracassados nas letras para quem a dor das dores é haver no mundo intelectuais cuja honestidade e cuja independência os próprios líderes comunistas mais inteligentes e mais probos reconheçam."

Político somente "diante do excepcional das circunstâncias"? Joaquim Nabuco também o foi.

"Reformador social" foi, segundo as suas palavras, o que ele desejou ser de preferência a político, uma vez convencido de que os problemas brasileiros de mais urgente solução eram, na base, sociais, e não apenas políticos. Os representados pela Escravidão mais do que os representados pela Monarquia.

Não sei, aliás, de vidas e, de algum modo, de destinos tão parecidos como os de Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco.

Ambos meninos de engenho em Pernambuco; ambos menos do seu tempo do que do tempo futuro; ambos permanentemente voltados para os problemas sociais do seu tempo e de outros tempos; ambos correndo risco de vida, nas mesmas ruas e praças do Recife: um lutando pela causa da abolição e o outro pela causa da liberdade; ambos tão cedo afastados da política militante: Nabuco, aos 40 anos, e Gilberto aos 50; ambos cidadãos do mundo, mas, ao mesmo tempo, tão profundamente presos à sua terra nativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é grande honra para mim saudar, em nome da Câmara dos Deputados, designado pelo Presidente Flávio Marcílio, nesta histórica sessão do Congresso Nacional, Gilberto Freyre.

E creio que a maior homenagem que possa prestar ao escritor, ao brasileiro, ao Constituinte de 1946, ao Deputado federal é concluir este discurso com as últimas palavras que ele disse desta tribuna:

"Ave Câmara! Mas Ave Câmara anticesar, antidespotismo, antitiranía seja de quem for, inclusive a pior de todas, que é a dos plutocratas. O cesarismo econômico. O cesarismo financeiro. O cesarismo do dinheiro": (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Senador Marcos Freire, Líder do PMDB no Senado.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal; Srs. Ministros de Estado; Srs. Ministros de Tribunais Superiores; Srs. Oficiais Gerais; Srs. Presidentes e Líderes de partidos políticos; Srs. Senadores e Srs. Deputados; meus Senhores e minhas Senhoras; Sr. e Sra. Gilberto Freyre: Meu primeiro discurso, no Senado da República, foi uma invocação de, talvez, meu primeiro ato político, quando ainda menino:

Repito-me agora:

"Em 1945, tivemos um primeiro contato, doloroso e trágico, com a realidade política brasileira.

Éramos apenas um adolescente, um ginásiano que haveria de, de repente, aprender, tão cedo, o alto preço que muitas vezes tem que se pagar, lutando pelos ideais de liberdade;

Era o Recife que se levantava, na tarde de 3 de março, contra o "chamado Estado Novo. Ou Estado forte. Ou, simplesmente, ditadura".

E foi aí, exatamente aí, dia e mês daquele ano, na cidade que nos serviu de berço natal, que conheci pessoalmente Gilberto Freyre. Que o conheci de perto. Que o conheci falando. Verberando contra a força e a violência.

E foi naquele momento mesmo — de tanto calor e tanta vida — que Gilberto Freyre podia ter morrido. É que, nos tiroteios havidos na Praça da Independência, tombaram sem vida, ao seu lado, um estudante e um operário — Demócrito e Manuel Elias.

Mas a campanha da redemocratização prosseguiria, e ainda hoje trago na memória a figura de Gilberto, aos 45 anos, em meio aos acadêmicos de en-

tão, no alto das escadarias da Faculdade de Direito, repetindo Unamuno, com a sua pronúncia característica: "A Espanha me dói..."

Não terá sido por acaso que esse homem foi perseguido, preso e detratado pela Polícia, fichado na Polícia política, tido e havido, em certo período, como suspeito, subversivo e comunista.

Assim, constava em sua ficha, no DOPS:

"Gilberto de Melo Freyre é identificado nesta Delegacia desde 19 de fevereiro de 1935, sob o nº 13.176, como AGITADOR. Organizador da Frente Única Sindical, orientador das greves preparatórias do movimento comunista de 1945".

Pode-se dizer que, nas eleições de 45, Gilberto foi eleito Constituinte como candidato, sobretudo, dos estudantes. Dos que votavam e dos que, como eu, em menoridade, participaram, anonimamente, do movimento de democratização deste País.

Após aquela minha verdadeira iniciação cívica, quanta coisa se passou na vida brasileira — na de Gilberto Freyre, na do País como um todo, na das novas gerações que, como a de 45 e mercê de Deus, continuam a se rebelar contra quaisquer formas de tirania. Quantos desencontros e quantas discordâncias não se poderiam assinalar entre o que a Oposição de hoje faz, diz e defende, e o que, ao longo desses tempos, Gilberto Freyre tem feito, dito e defendido.

E, no entanto, a bancada do PMDB, com assento no Senado Federal, aqui está, através de minha palavra, para homenageá-lo, por ocasião das comemorações de seus oitenta anos de vida, tão férteis, sob tantos aspectos, para o desenvolvimento nacional. É que, mesmo em relação ao político que de fato ele nunca deixou de ser, com as suas qualidades e os seus defeitos, podemos registrar, ao lado de fáceis e evidentes divergências, pontos substanciais de concordâncias.

Assim, rejeitamos diametralmente seu pensamento, expresso em sugestões encaminhadas ao então Presidente da ARENA, Senador Filinto Müller, em pleno Governo Médici, quanto "à ação prudente mas corajosamente renovadora que o governo nacional do Brasil vem desenvolvendo desde 1964". Nunca poderíamos ter tal entendimento de um regime violador dos direitos humanos e que, sufocando as liberdades, aprofundou uma ordem econômica e social injusta, e eminentemente concentradora de renda e de propriedade.

Concordamos, entretanto, com Gilberto Freyre, quando, no mesmo documento, exortava o partido governista a não temer os brasileiros, a não temer, especificamente, os trabalhadores, nem os estudantes, nem os jovens e suas reivindicações. Contudo, essas suas palavras — que fazem presente o Gilberto de 45, idolatrado por tantos jovens — não terão encontrado terreno fértil, pois esse partido acabou temendo a si mesmo, desfechando o derradeiro golpe contra nós e a si próprio, decretando, em verdadeira sanha suicida, a sua própria extinção.

Concordamos com o homenageado, igualmente, quando defende a Reforma Agrária para o Brasil, sem deixar-se levar em conta as diferentes situações regionais, "visando harmonizar desequilíbrios de caráter sócio-econômico e impedir a crescente marginalização de populações rurais". E participamos de sua decepção quando constata que, por se admitir resistências poderosas, inclusive de multinacionais, não se a tenha efetivado até hoje. (*Jornal do Commercio*, 23-4-78.) Elias, por sinal, voltam sua cobiça neste instante, para o PROÁLCOOL que, de alternativa energética válida, pode-se transformar em mais um elo da crescente desnacionalização da economia brasileira, ameaçando, agora, um setor essencialmente nacional, como o açúcar. Isso já temos colocado da tribuna parlamentar, ao lado da preocupação com o agravamento da questão social, se não se atentar de que só têm sentido programas desenvolvimentistas que levam em considerações "o homem todo e todos os homens". Que o PROÁLCOOL venha minorar — e não piorar — os problemas que o açúcar, trazendo embora o progresso, provocou, desde o início de nossa colonização, para o homem e a terra, conforme está denunciado também nas obras de Gilberto Freyre.

E no momento em que, em já conhecidas manifestações espasmódicas, a agroindústria açucareira se engolfa em nova e grave crise — que exige preços adequados para a cana e seus derivados, mas que não se restringe apenas a preços ou custos de produção — caberia recordar também a sua advertência, de que é preciso:

"... atender-se, quanto antes, à situação de área canavieira, reduzindo-se ao mínimo — e neste particular o auxílio da moderna química agrária poderia ser extremamente valioso — as subáreas, puramente rurais, de monocultura, outrora latifundiária e estendendo-se sobre elas atividades e populações que, de rurais, passassem a urbanas; e de ligadas exclusivamente a esta ou aquela lavoura imperial passassem a ser, tanto quanto ecologicamente possível, áreas, menos de uma só produção que de produção diversificada. Isto, aproveitando-se ao máximo a vocação da maioria dos solos

tropicais para se exprimirem antes em vegetação diversificada do que em culturas exclusivas".

Já agora é menos o político que o estudioso que fala e o faz através do trabalho sério e profundo de uma de suas grandes criações, que é o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, entidade que fez nascer, quando Deputado Federal, e que se tornou inteiramente vitoriosa e consolidada, já transformado em acervo inalienável de Pernambuco e do Brasil.

Acervo inalienável nosso é, por sinal, o conjunto de suas obras, em especial expressas nos livros que escreveu, ressaltando-se "Casa Grande e Senzala" (1933) e "Sobrados e Mocambos" (1936), além de trabalhos anteriores que, advindos de um autor tão jovem, já denotavam enquadrar-se ele na categoria dos superdotados, a que tanto posteriormente se referiria.

Figura controvertida e combatida por tantos, ninguém, por certo, negará a contribuição gilbertiana para a cultura brasileira, em especial para um melhor conhecimento de nossa História e nossa realidade social.

As coisas de que tratou, como as tratou, inclusive a linguagem em que o fez mereceu-lhe, não raro, restrições, reservas e até condenações de toda a natureza. Lembro-me de ter ouvido, em criança, um velho amigo da família ter-se surpreendido, em minha casa, ao saber que meu pai não impedira minha mão de ler "Casa Grande e Senzala".

A sua obra causou impacto, desde os seus primórdios, provocando polémica através dos tempos. Uns lhe negam valor científico, outros a exaltam apaixonadamente. A verdade é que, esteja-se ou não de acordo com todas as suas colocações, o reconhecimento de seu valor é avalizado por personalidades e entidades do mais alto gabarito, de aquém e além-mar.

De uma certa forma, pode-se dizer, até, que Gilberto Freyre revolucionou o estudo das ciências sociais, investindo contra certos tabus, desmitificando certos conceitos, muitas vezes gerados e bem nutridos, através da história, por servirem a interesses outros que não os genuinamente nacionais.

Assim, se ainda hoje muitos, entre nós, se deixam levar por preconceitos de cor, raça e religião, o que dizer dos tempos coloniais e, mesmo, das primeiras décadas que se seguiram à abolição da escravatura? Pois bem, bastaria esse questionamento, e abeberar-se no que Gilberto Freyre tem escrito sobre as raças humanas e o nosso caldeamento racial, para se sentir a contribuição que ele deu para a valorização do que nós somos.

Como nos devemos sentir bem, ao ouvi-lo afirmar:

"O Brasil é um país de gente crescentemente morena em vários graus, sem que isto importe em não ser autenticamente brasileiro o louro e alvo. É. A morenidade é entre nós uma predominância e não uma exclusividade. O válido nessa predominância é ser uma vigorosa resposta de brasileiros a mitos contrários àquela solidariedade humana que, como a brasileira, despreze classificações raciais e seja mataracial. Somos já uma além-raça. Mitos como a negritude e como o arianismo nós os rejeitamos como ultrapassados" (documentos anteriormente referido).

.....
 Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo — há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil — a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro" ("Casa Grande e Senzala", 2º Vol.)

Só uma sólida formação científica e humanista poderia romper o círculo vicioso de colonialismo cultural em que vivíamos, a repetir aqui os que, lá fora, outros diziam, muitas vezes para acobertar, pseudocientificamente, simples intentos expansionistas e de exploração econômica.

Gilberto, de uma certa forma, deu ao brasileiro, acostumado apenas ao ufanismo superficial, uma nova consciência do seu valor, oferecendo-lhe subsídios valiosos através do estudo de costumes e folclores, buscando informações em fontes várias e documentos antes ignorados ou desprezados. Depois de "Casa Grande e Senzala" — verdadeira obra ciclópica — com os debates que suscitou, abriu-se uma perspectiva nova na maneira de nos vermos a nós próprios e ao nosso passado.

Com Gilberto Freyre, houve com que um reestudo da sociedade brasileira, que ganhou novas conotações, por vezes não apenas diferentes nas contrapostas às até então aceitas. Terá, pois, contribuído decisivamente para a historiografia brasileira, inclusive analisando, de maneira inédita, sobretudo sob ângulo novo, a organização colonial e imperial do Brasil, em especial a sua formação patriarcal, apontando aspectos positivos e negativos da colonização portuguesa. Defendeu a excepcional qualificação do português — mais que a de outros europeus — para a colonização em áreas tropicais — tese que se constituiria no chamado "lusotropicalismo".

Não menos importante o enfoque dado à contribuição do índio à nossa cultura, analisando o que foi a sua catequese e os óbices à sua sobrevivência. E, de uma certa forma, foi ele quem reabilitou o significado positivo do negro

em nossa formação, mostrando, inclusive, o verdadeiro estágio cultural do africano, negado por tantos.

Tanto como agora, com a recente entrevista a "Play-boy", Gilberto a muitos escandalizou na época, quando, moço bem nascido, com troncos familiares vinculados à tradição canavieira e ao centro cultural do Recife, educado na América e na Europa, retornou ao Brasil para, confundindo-se com a "gentinha" da terra, freqüentar xangôs e candomblés, em terreiros de Pernambuco e da Bahia, cujos "pais" e "mães" de santos viviam, não raro, às voltas com a Polfícia. Já aí, no entanto, encontramos o sociólogo e antropólogo sentindo, de perto, manifestações vivas em nossa terra, de religiões e rituais para aqui transplantadas por nossos ancestrais vindos da África.

Suas raízes, de vida e de cultura, vão, assim, buscar seiva em princípios aristocráticos da Casa Grande e nos hábitos plebeus da Senzala, não apenas dos engenhos propriamente ditos, mas da sociedade brasileira como um todo.

A miscigenação, que começou com a poligamia local nas priscas eras de nossa colonização, entre os da Casa Grande e os da Senzala, terá sido a chave mágica para a superação entre nós, pelo menos em grande parte, da discriminação racial que, em outros países, ao contrário do nosso, constituem, ainda hoje, gravíssimo e até explosivo problema social. Daí a exaltação do mestiço, a revelação de sua potencialidade, a denúncia das condições sociais cerceadoras de suas faculdades e do desabrochar de seus tributos.

Não por acaso, sua propaganda eleitoral, na década de 40, referia-se aos pretos e amarelos, pois Gilberto sempre procurou mostrar que os vindos da África e os índios que aqui viviam, aprisionados pelos brancos, tinham o seu valor próprio, e a degradação a que foram levados não se devia a eles, mas à escravidão.

Tem-se discutido o grau de sua crítica — se ele não poderia ter sido mais forte e mais abrangente, sem deixar suspeição de conivência com minorias dominantes, no pretérito ou no presente. Talvez sim, se outra fosse a sua origem e outros os seus gostos, os lugares em que viveu, as escolas que freqüentou, a classe social em que se inseriu, a formação cultural que o caracteriza. Mas, então, Gilberto Freyre já não seria quem foi ao longo dessa existência tão plena de frutos e de trabalho. Ele próprio, em sua sociologia, não nega a existência de influências e de preconceitos pessoais ou de grupos a que, como qualquer um de nós, está sujeito, como não poderia deixar de ser.

Em síntese, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, da mais alta tribuna parlamentar deste País, os que fazem o PMDB, no Senado Federal, sentem-se à vontade em homenagear Gilberto Freyre — homem que nos ensinou, com a maestria do grande escritor que é, o que cada raça nos deus, o grande papel reservado ao homem de cor — embora negado por muitos — na construção do Brasil.

Gilberto Freyre: para terminar, uma confissão.

Houve instante em que, junto aos meus colegas de curso primário, estranhei minha tez alva e meus cabelos louros. Depois de ler teus livros, entendi o milagre da miscigenação e facilmente identifiquei em minha avó materna, de cabelos crespos, o elemento negro que aparentemente me faltava. E aí, ao contrário dos proventura ainda complexados pela mistura do sangue, fiquei mais orgulhoso de mim mesmo e de nós todos. É que, como nos ensina, sem desdouro, a obra genial de "Casa Grande e Senzala", "trazemos quase todos a marca da influência negra".

Neste sentido, foste também, de uma certa forma, um grande libertador. É que colocaste o problema em tais termos, escudados em critério científico e pesquisas de tal quilate, que ofereceu o material suficiente para se acabar, de vez, com o complexo da mestiçagem, entre nós. Nossos problemas devem-se a outros fatores, pois mesmo tanto tempo após a abolição do trabalho escravo, continuamos a braços, sobretudo no Nordeste, com os males que sobrevivem da escravidão e da monocultura. E, como tu já dizias em "Casa Grande e Senzala", "da antiga ordem econômica persistem a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras...", o escravo sendo "substituído pelo pária da usina, a senzala, pelo mocambo, o senhor de engenhão, pelo usineiro ou pelo capitalista ausente".

Por tudo isso, Gilberto, no teu octagésimo aniversário, todos nós — pretos, brancos e amarelos — te saudamos, em nome da nossa morenidade que tu tanto exaltaste. A ti, como a nossa homenagem, a expressão de nossa admiração intelectual devida a quem é credor, junto à Nação, de uma fabulosa obra que honra e enriquece a cultura brasileira. (Palmas! O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Guedes, autor do requerimento para a realização desta sessão.

O SR. GERALDO GUEDES (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) Exmº Sr. Senador Luís Viana, Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Ministro Antônio Nedes, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Ex-

mºs Srs. Ministros de Estado; Exmºs autoridades civis e militares; dignos convidados; meus caros colegas:

dentre as homenagens com que se vem comemorando a passagem dos oitenta anos de Gilberto Freyre, eu acredito que nenhuma outra homenagem ultrapassa a esta que lhe é prestada pelo Congresso Nacional, onde ele conviveu e trabalhou, exercendo o mandato de deputado federal, por Pernambuco. Pelo nosso Pernambuco, que lhe deu, sem que ele procurasse ou pedisse e sem quase disputar um voto, um único voto que fosse, a cadeira de representante do povo à Assembléia Nacional Constituinte, em 1945.

O Congresso Nacional, na verdade, não é uma instituição como outra qualquer, embora do Congresso se fale muito. Fala-se muito do Congresso, dos políticos do Congresso, da vida do Congresso, dos padrões e dos costumes do Congresso. Fala-se muito do Congresso e dos Congressistas... Mas, na hora mesmo em que as sociedades democráticas se debatem em meio aos conflitos que violam a ordem legal e ameaçam ou fazem desaparecer as áreas da liberdade, então é para o Congresso que se apela, porque somente através de seu poder de representação soberana é que os povos restabelecem o processo legítimo de transmissão de sua herança política, indispensável à sobrevivência da cultura e da civilização.

Não é, pois, à-toa, senão fundado em motivos especiais, que o Congresso sai de sua rotina, deixa seu trabalho cotidiano e suspende suas atividades ordinárias. Não será, portanto, em razão de pretextos supérfluos ou de circunstâncias efêmeras que se reúne, em caráter solene, para celebrar datas ou episódios, a não ser quando são importantes e se revestem de extraordinária grandeza.

Não me lembro que não fosse para inaugurar sessão legislativa, ou para receber Chefes de Estado ou missões estrangeiras, ou senão para dar posse ao Presidente da República, tivesse o Congresso de fazer reunião conjunta de suas duas Casas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Seria preciso ocorresse um acontecimento extraordinário e, creio, raro, em nossa vida parlamentar, como é o de hoje, em que festejamos os oitenta anos de Gilberto Freyre, para que o nosso amável e honrado Presidente, Senador Luís Viana, nos convocasse, associando-nos a todos neste testemunho de reconhecimento e compreensão, de estima e de bem querer.

Com efeito, nenhuma razão mais extraordinária que a vida de um brasileiro extraordinário para justificar e merecer uma reunião solene do Congresso Nacional.

Homem extraordinário é Gilberto Freyre, no sentido de que tem sido sempre genial, sem nunca pretender ser gênio; de que tem sido sempre excepcional, sem querer constituir-se em exceção; de que tem sido sempre importante, sem nunca haver perseguido a importância. Mas, extraordinário, antes e depois, agora e sempre, na medida em que sua pessoa excede de muito às medidas habituais do tempo e seu espírito se estende muito além das convenções visíveis do momento.

Aos sete anos, na verdade, Mr. Williams, na Boa Viagem, já admirava as formas originais dos seus desenhos — menos garatujas e riscos no papel do que traços primitivos e incomuns com que marcava o domínio de sua arte infantil — "gente, bichos, casas, árvores, bandeiras, navios e trens" — como se pressentisse nessas figuras um tanto excêntricas o itinerário que teria que seguir pelo mundo afora.

Aos 15 anos andava às voltas com o grego, porque queria ler Platão e Aristóteles e se preocupava demasiado com as pessoas com quem pudesse conversar sobre suas leituras prediletas. Leituras prediletas de escritores, de filósofos e de poetas, que lhe apontavam vários caminhos e que não podiam ficar guardadas o tempo todo em sua cabeça, mas que era preciso fossem reabertas e discutidas num diálogo de interessados em aprofundar seu próprio saber. Daí é que começou a pensar em ir para Heidelberg, onde "gostaria de estudar", conforme escreveu depois, ou Paris, Oxford, Colúmbia, Stanford. Mas, terminou mesmo embarcando pelo "Curvello" para Nova Iorque; em seguida, para Waco, no Texas, onde ficou, na Universidade de Baylor. Universidade um tanto provinciana, é certo, mas que muito lhe serviu, para estudar a Geologia, com Pace, a Biologia, com Bradbury, e a Psicologia, com Hall, ciências que lhe eram essenciais ao estudo em que desejava se especializar: o de Ciências Políticas e Sociais. Lá encontrou Joseph Armstrong, o admirável professor de Literatura Comparada, conhecido na Europa e afamado nos Estados Unidos pelos estudos publicados de Poesia e de Filosofia. E que de tanto lhe enaltecer a cultura e louvar a inteligência, precocemente reveladas, fez com que os estudantes e os seus colegas o tratassem, afetuosamente, pelo apelido de "Genius", isto é, genial, aluno que se distinguia dos demais por ser o antibanal, o anticomum, o antimedíocre. ("He is wonderful and I believe he will do something worthwhile")

Na Baylor University permaneceu até seguir para a Columbia University, em Nova Iorque. Daquele tempo se recolhe preciosa correspondência sua — da que foi salva do saque e do incêndio, na Revolução de 30 — inclusive

uma carta, de outubro de 1918, a Oliveira Lima, de quem se aproximara, para tornar-se uma espécie de filho mais estimado. Dele e de D. Flora. Nesta carta ele lhe dá conta do seu progresso nos estudos da literatura inglesa e revela sua paixão invencível, a que se entregaria devotadamente, ao longo de toda a sua vida: a de ser estudante, a de ser escritor. Mesmo porque o estudante não é mais que o escritor "antecipado".

— "Da vida universitária aqui, tudo o que posso dizer é que é uma delícia. Dá vontade de ser estudante por toda a vida" (Carta a Oliveira Lima)

Aos 20 anos, é scholarship em Columbia, a maior das Universidades da América. Vai ter com seus mestres Franz Boas, John Basset Moore, Gildings, Seligman, Dewey, num cosmopolitismo de saber que não teme confrontos com outras intuições semelhantes.

Em 1922, está na Sorbone, em Paris; lá em Saint-Germain, assistente assíduo às conferências de Maurras sobre Ciência Política. Naquele tempo muito se escrevia sobre o fracasso da democracia liberal, demasiadamente ligada ao *laissez-faire* econômico. A propósito, registrou ele em seu diário:

— "Não creio que possa haver mais dúvidas. O problema é do reajustamento da convivência democrática a novas formas de governo, isto é, de poder político, capaz de intervir decisivamente na vida econômica sem oprimir ou prejudicar as atividades intelectuais, estéticas e espirituais dos homens. Este ponto é delicadíssimo". ("Tempo Morto e Outros Tempos" — p. 87).

Em seguida, vai a Berlim. Gostou muito da Alemanha: "Passar da França à Alemanha dá a sensação de passar dum Museu a um laboratório em ação", escrevia ele ao seu sempre querido amigo Oliveira Lima.

De Berlim se mandou para Oxford, único lugar do mundo, fora Pernambuco, onde parece ter-se encontrado com seus estímulos, com seu destino, com as fontes de sua vocação. Quase ficava por lá, mas resolveu atender aos apelos invisíveis da saudade materna, da terra maurícia, da várzea do Capibaribe, de Apipucos e do Carrapicho, dos amigos e do irmão Ulysses.

"Deixei o Brasil ainda menino e venho vê-lo homem feito". (Carta de 8 de fevereiro de 1923).

Mas não há de ser nada. O tecelão tece a sua teia... Teria de voltar, depois, à América e à Europa. Como professor extraordinário das Universidades de Stanford, Michigan, Indiana, Virgínia e Oxford. Voltaria, em 1948, como um dos oito especialistas mundiais em Ciências do Homem, para uma Conferência da UNESCO, realizada em Paris. Teria de voltar ainda, quase todos os anos, seguidamente, para presidir semanários, dirigir cursos nas Universidades, receber títulos e prêmios, representar o Brasil perante governos e instituições de cultura estrangeiras.

Esta fase de sua vida, porém, há de ser reconstituída e analisada noutra oportunidade, sob pena de me alongar demais nesta sessão do Congresso.

Mas, retomando a narrativa, deixo acentuar que, regressando em 1923, Gilberto estará no Recife, até 1946, salvo algumas saídas para atender a convites que não pôde recusar. Durante esse tempo procura estudar cada vez mais, aplicando novos métodos de estudo antropológico, sociológico ou psicológico, em trabalhos especializados pelas ruas típicas do Recife. Faz e orienta pesquisas que abrangem o comportamento social de famílias urbanas de classe média. Trabalha no *Diário de Pernambuco*, cujo livro centenário organiza. Frequenta os agrados da Doninha e comparece aos pastores e cirandas dos bairros do Recife, por cujas ruas, becos e vielas costuma sempre andar, levando a tiracolo seu irmão Ulysses, que fotografa costumes e instantes da cidade. Quando lhe sobra tempo, vai até o Engenho Japanduba, da família Paranhos, de que faz parte o Barão do Rio Branco.

Organiza e dirige o Congresso Regionalista de 1926 e, depois, pela primeira vez no Brasil, a Semana da Árvore. Vai ao Rio e lá assiste à sessão do Senado, vendo Estácio Coimbra a presidir-lá, com "a dignidade da palavra e do porte". No Hotel dos Estrangeiros conhece políticos importantes da época. É hóspede de Manuel Bandeira, em sua casa de Santa Tereza — 51 — Curvelo. "Casinha de franciscano, à paisana", conforme ele chama. Frequenta o *Jornal do Brasil* e o *Jornal*, encontrando-se com Barbosa Lima Sobrinho, Rodrigo de Melo Franco, Assis Chateaubriand, Afrânio de Melo Franco, João Ribeiro e outros escritores e políticos. Encontros com escritores e políticos, com os quais vai "antecipando", sem o saber e sem o querer, sua futura competência!

Bem que poderia ter ficado na Europa, mas não quis, preferindo retornar ao velho burgo. "Afinal, isto é uma doce terra, este nosso Pernambuco". ("Correspondência", p. 219).

Bem que poderia ter ficado em São Paulo, porque com a gente paulista ele se entendia bem. Mas também não quis ficar em São Paulo:

"Creio que cada um deve ficar o mais possível no lugar onde nasceu. Nada de muita emenda ao soneto da vida — ou do destino que é o mesmo" — ("Tempo Morto", p. 192).

Volta do Rio. Início do Governo de Estácio Coimbra. É o seu Secretário, o seu Chefe de Gabinete. Coincide-lhe no cargo uma viagem aos Estados Unidos, para representar o *Diário de Pernambuco* no Congresso Panamericano de Imprensa. No seu regresso, continuando as funções no Palácio, assiste o Governador nas audiências públicas, de cuja dinâmica retira valiosa experiência político-social, anotando os casos de miséria, os casos de perseguições de pobres por ricos poderosos, os casos de opressão de decadentes por arrivistas ou novos ricos. Casos, simplesmente, de degradação, por inércia, por jogo e por amor. Adianta que já está com um monte de notas do maior interesse sociológico. Sociológico e psicológico. E disso queria fazer um livro, "se tiver ânimo, para dar forma de livro a esses retalhos de vida ainda quente, que tenho tido a oportunidade de colher, de naufragos sociais que expõem seus casos ao Governador, quase como se confessassem a um padre velho. Entrando em pormenores íntimos, revelando intimidades profundas." — ("Tempo Morto").

Aqui está o político em todo o esplendor de sua força evangélica: ouvindo as queixas da gente pobre e explorada que procura o Governo como forma de salvação.

Consegue do Governador subvencione os clubes populares do Carnaval recifense e é convidado para fundar a cátedra de Sociologia da Escola Normal do Estado. Será a primeira cátedra de Sociologia Moderna, no Brasil. Para começar, orienta e acompanha uma pesquisa sobre as ruas do Recife, executada por suas alunas. Pesquisa sociológica, revelando que grande parte das crianças não têm onde brincar, porque os sítios estão desaparecendo e os próprios quintais das residências estão se tornando raros, transformando o Recife numa espécie de "lobo mau", numa cidade inimiga das crianças: "Não têm mais onde brincar e jogar, senão nas ruas sujeitas ao tráfego assassino dos automóveis". Por isso é que se empenha pela construção de *playgrounds*, de parques infantis e de jardins. *Playgrounds*, parques e jardins que poderiam estar hoje multiplicados por todas as cidades do Brasil, substituindo outros programas, que se desenvolvem por aí afora, neles empregando-se fabulosas quantias de dinheiro vivo.

Dirigiu o *Província*, tornando-se um jornal moderno, que, embora político e governista, não servia aos exageros do partidarismo nem ajudava os excessos das paixões subalternas. Procurou transformá-lo num palco do debate político, em que as campanhas se faziam em meio a discussões, não raro acaloradas e vigorosas, mas guardando o devido respeito às normas indispensáveis à liberdade de expressão. A ponto de o próprio Governador Estácio Coimbra exclamar, um dia: "Você está fazendo do *Província* um jornal de Opsoição. Assim é demais".

Quando deposto o Governador Estácio Coimbra, ele não abandonou seu amigo, mas com ele se foi, até Lisboa, enfrentando o sacrifício, a separação, a adversidade. Sem maior esperança de voltar, sentia-se verdadeiramente no exílio:

"Com o tempo morrendo dentro de mim, e eu morrendo dentro do tempo".

Mas, afinal, voltou, depois de arriadas as velas do furor revolucionário. Chegava extremamente pobre. Do poder nenhum bem material havia recolhido. Antes até recusara presentes e favores especiais. Teve mesmo de ficar no "Carrapicho", escrevendo seus livros, "curtindo" a vida que podia levar. Pensou até em ir para Belém do Pará, como empregado da Ford. Resistiu, porém; enquanto houvesse as frutas do sítio para vender e encontrasse compradores para seus quadros e livros, não sairia de lá. E não saiu. Foi agüentando o quanto pôde, "gozando daquela paz do Senhor, que Ele não reserva só para os ricos". Porque o que Gilberto mesmo queria, do fundo de sua alma, *ab imo pectore*, como se diz, era ser escritor.

Não obstante a determinação que cumpria, de se fixar junto aos seus livros e viver em meio às suas raízes, começam a surgir os convites de fora, para ensinar no exterior, ocupar cátedras de Universidades da Europa e da América, por onde ele havia passado como estudante. Convite para fazer conferências, para presidir seminários internacionais, para ensinar. Convites, sem-número de visitas e delegações. Aceitou alguns por não poder recusá-los, mas sem se desligar do Recife e da casa de Apipucos, e sem com isso interromper sua vida de escritor. E só de escritor.

Um interregno, porém, o haveria de afastar de Pernambuco por mais tempo. Mas não do Brasil. Foi por um quadriênio apenas, de 1946 a 1950, quando teve de assumir e exercer o mandato de Constituinte e de deputado

federal. Fora eleito, em 1945, pela mocidade pernambucana, como reconhecimento à sua luta desassomburada em favor da redemocratização do País. Aqui, no Congresso, na Assembléia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, não foi somente o escritor, que chegava da Província com a glória de seus feitos ilustres, conhecidos internacionalmente através das questões e problemas analisados em suas obras e nos seus livros. Mas também foi o Parlamentar de visão e descortino, defendendo as causas do nosso Estado, sem prejudicar os interesses da Nação, representante legítimo da cultura e do civismo do povo Pernambucano.

Escritor e parlamentar, pensador e político, jamais uma dessas condições preponderou sobre a outra. Mas, antes, integravam-se como linhas de uma mesma face, como planos de uma mesma superfície, levando seu espírito a contribuir assinaladamente para a Carta Política de 46, onde se destacam suas proposições, das quais avultam aquelas destinadas a atenuar as restrições aos direitos dos brasileiros naturalizados, ou senão uma outra em que se firmasse claramente o princípio da conciliação da liberdade de iniciativa com a proteção do trabalho e do trabalhador. Igualmente, seu projeto de lei concedendo recursos ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar para a construção de uma colônia de férias em Garanhuns, ou o projeto que fundava o Instituto de Pesquisa Social "Joaquim Nabuco", o primeiro do grupo de institutos de pesquisa social e ecológica, destinado a servir, sob a direção de técnicos, auxiliados por estudantes das escolas superiores, a toda a região agrária que vai da Bacia do Amazonas, tratando do trabalhador rural e do pequeno lavrador, na região do latifúndio, da monocultura e do regime semifeudal de trabalho.

Seus discursos, alguns dos quais compõem todo o volume do livro "Quase Política", produziam no plenário, sempre que falava, a atenção geral das Bancadas. Na verdade, discursos sérios e estudados, vivos e humanos, em que abordou sempre assuntos de importância para a nacionalidade, sem os reflexos veementes da oratória inflamada e desprovido dos transbordamentos extremos de atitudes demagógicas.

Mas, onde Gilberto pontificou mesmo foi no âmbito da Comissão Técnica de que fez parte, a Comissão de Educação e Cultura, cujos arquivos guardam seus trabalhos de pesquisa, de investigação, de meditação, como se estivesse trabalhando dentro de um laboratório ideal. Falando sobre a História Parlamentar do Brasil, no programa do sesquicentenário do Poder Legislativo, numa conferência presidida pelo nosso companheiro, Senador Aderbal Jurema, ele comparou mesmo o Parlamento a um grande laboratório:

"Um Parlamento é um grande laboratório, onde se chocam tantas paixões, tantas grandezas, tanta mesquinha, que é para Shakespeare não ter conhecido um Parlamento Moderno."

Pois foi neste laboratório que desempenhou sua missão de Parlamentar, que se devotou mais ao documento que à inspiração, mais à pesquisa que à tribuna, mais à ciência que à eloquência, mais à psicologia aplicada que ao exibicionismo, mais ao silêncio criativo e anônimo da Comissão que ao êxito ostensivo da palavra. Como Nabuco, no Parlamento do Império, ou Andrade Bezerra, Antônio Vicente de Andrade Bezerra, no Congresso da República, que também foram intelectuais e políticos — intelectuais e políticos de Pernambuco — a serviço das causas sociais, Gilberto honrou e engrandeceu nossa vida parlamentar. Se a Nabuco devemos a abolição da escravatura, e todo o esforço que iniciou depois em suas memoráveis campanhas pela organização do trabalho livre, pela orientação científica da lavoura, pela assistência ao trabalhador, pela sua casa, pela sua família, pelo seu valor ético, pelo seu direito à propriedade onde tenha a posse do trabalho, em Antônio Vicente de Andrade Bezerra, reconhecemos o pioneiro também das reformas sociais, batendo-se, de 1918 a 1923, por um regime de trabalho industrial, por uma lei de Acidentes do Trabalho, pela questão operária, pela Organização Internacional do Trabalho, pelo problema das imigrações operárias, pela fundação de Caixa de Aposentadoria e Pensão, através de projetos, pareceres e discursos que a memória da Nação um dia há de levantar, para a devida justiça da História.

Como Andrade e Nabuco, Gilberto continua identificado com os propósitos da Nação, no conjunto de suas idéias, pensamentos e ações políticas. Em seu solar de Apipucos, pode parecer alheado do mundo, mas, na verdade, está ligado aos rumores que vêm da rua e procura novos caminhos para todos. Passou pelo Parlamento e sente de novo o choque da trepidação política.

O Escritor compreende que a conjuntura lhe amplia a sensibilidade e, por isso, aos oitenta anos vem de novo à tribuna para falar à Nação. O escritor e o Parlamento estão juntos.

A posteridade, Gilberto, terá de ouvi-lo, porque sua palavra e sua voz, o seu espírito, reviverão politicamente em outras gerações.

Extraordinário homem, este Gilberto Freyre! (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Eloqüentes e substanciosos discursos aqui foram proferidos, em nome do Congresso Nacional, para homenagear, e de maneira excepcional, que talvez só encontre paralelo naquela homenagem que a França prestou o Victor Hugo, por ocasião dos seus 80 anos, esse grande vulto da nossa nacionalidade que é Gilberto Freyre. Senadores e Deputados; todos eles expressaram, de maneira vibrante e perfeita, o que a Nação pensa de Gilberto Freyre. E, se a Nação que é representada, nesta Casa, pelo que tem de mais diverso quanto à sua representação, às suas regiões, às suas classes, é, portanto, o Brasil todo que aqui está, neste momento, para saudar esse grande brasileiro que é também, e faz questão de proclamá-lo, um grande pernambucano. Diria mesmo que ele não desejou poder repetir, algum dia, uns versos do seu amigo e colega Manuel Bandeira, versos que ele citou num prefácio à obra de Manuel Bandeira:

"Saí menino da minha terra,
Trinta anos passei longe dela,
Diabo, leve quem pós bonita a minha terra".

Gilberto Freyre jamais repetirá esses versos, porque ele continuou na sua terra, continuou ali, em Apipucos, enquanto seus livros, o seu nome, a sua fama, a sua glória continuaram e encheram o Brasil, correram mundo, tornaram-se conhecidos, admirados e aplaudidos por todos os grandes centros da cultura mundial. Ele permaneceu ali, ancorado em Apipucos, sabendo que para ser um grande homem não é preciso se deslocar da sua terra. Lá está, lá continua e é de lá que vamos buscá-lo para homenageá-lo em nome do Brasil, em nome de nossa Pátria; e o fazemos com orgulho.

Eu, em particular, como foi assinalado pelo eminente Senador Aderbal Jurema, sou devoto de Gilberto Freyre, mais velho do que disse o ilustre colega, que citou um discurso meu de 1943. Mas não é daí que conheço Gilberto Freyre; conheço-o de 1928, quando trabalhava no Palácio das Princesas, ao lado de Antíogeães Chaves, servindo a Estácio Coimbra. Depois conheci-o na Bahia, quando por lá passou, a caminho do exílio. E lá o conheci junto àquela velha cozinheira que ele citou no prefácio de "Casa Grande e Senzala" — Eva — que foi realmente excepcional, no seu tempo. É daí que conheço Gilberto Freyre, e continuo a vida afora a ser um dos seus maiores e mais fiéis amigos e admiradores.

Quero, portanto, regozijar-me comigo próprio por ter essa oportunidade de presidir, hoje, o Congresso Nacional, quando recebe Gilberto Freyre. E, recebendo Gilberto Freyre, também recebe sua admirável companheira Madalena Freyre, que todos tanto admiramos. (Palmas.)

Deixo-lhe aqui, portanto, as saudações e a homenagem do Congresso Nacional. Agradeço ao Sr. Ministro da Saúde, aos Srs. Ministros de Estado que se fizeram representar, ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal por nos haverem honrado com a sua presença nesta sessão, realmente memorável, por representar a grande homenagem do Brasil a esse grande cidadão e a esse eminente escritor e sociólogo brasileiro e, poderia dizer, mundial. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 4 minutos.)

ATA DA 54ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE ABRIL DE 1980 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernar-

dino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moa-

cyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbáge — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Eptácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Morais — PTB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PTB; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PTB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PTB; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões — José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PTB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Henrique Brito

— PDS; Hilderico Oliveira — PTB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PTB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PTB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raimundo Urbano — PTB; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PTB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — PMDB; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — Luiz Baptista — Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrago — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Celso Peçanha — PDS; Daniel Silva — PP; Darçílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna — Florim Coutinho — Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PTB; Jorge Cury — Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PTB; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PTB; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Osvaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — Peixoto Filho — Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PP; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Forte; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PTB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PP; Leopoldo Besone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marçílio — PTB; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achoa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Hélio Levy; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície.		Via-Aérea	
Semestre	Cr\$ 400,00	Semestre	Cr\$ 1.200,00
Ano	Cr\$ 800,00	Ano	Cr\$ 2.400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 3,00	Exemplar avulso	Cr\$ 5,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície		Via-Aérea.	
Semestre	Cr\$ 400,00	Semestre	Cr\$ 1.200,00
Ano	Cr\$ 800,00	Ano	Cr\$ 2.400,00
Exemplar avulso	Cr\$ 3,00	Exemplar avulso	Cr\$ 5,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950052-5 a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

-ATUALIZADO-

- Quadro Comparativo das Constituições (Sistema Tributário)
- Lei nº 5.172, de 25-10-66, que "dispõe sobre o Código Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios" (*Texto atualizado*)
- Legislação alteradora do Código Tributário Nacional.

Edição 1978

Preço:

Cr\$ 50,00

À VENDA NA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL (Anexo I)

Pedidos pelo Reembolso Postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
BRASÍLIA — DF — CEP: 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,00

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PDS; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Valter Pereira.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PDS; Antônio Mazurek — PDS; Ari Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio; Euclides Scalco — PMDB; Héitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luís Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PTB; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Cardoso Fregapani — PTB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cid Furtado — PDS; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PTB; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PTB; Harry Sauer; Hugoardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PTB; Magnus Guimarães — PTB; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcelos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 405 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO — (RJ). Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Uma das datas mais importantes para a história do Município de Magé vem sendo esquecida pelas autoridades locais. Trata-se de 19 de março, data em que nasceu, em Tenerife, Ilhas Canárias, José de Anchieta, o qual viria a ser o Apóstolo do Brasil, cuja passagem por terras magacenses está perpetuada pelo Poço Bento, na praia de Piedade, onde o evangelizador realizou milagres; curando enfermos com o uso das águas por ele abençoadas.

Enquanto isso, o Prof. Arnaldo Niskier, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em artigo publicado ontem no "Jornal do Brasil", sob o título "Missão de Anchieta", destaca a figura de José de Anchieta como o primeiro grande educador do Brasil, e que passo a ler para que integre este pronunciamento:

"Distanciando-se no tempo é possível fazer história com a necessária isenção. Hoje, não resta dúvida quanto à contribuição da Companhia de Jesus, nos primórdios da nossa civilização, ao processo de regularização da vida brasileira. Praticamente durante dois

séculos e meio (até 1759) os seus membros dedicaram-se à tarefa de educar através do trabalho e promoveram, como macroatividade, a catequese, expressa num tríptico aspecto: nas pessoas, com a impregnação do espírito religioso; nos edifícios, com um estilo de predominância ornamental; e nas obras culturais, que deram embasamento ao espírito católico do povo brasileiro.

A maior preocupação concentrava-se nas crianças (curumins) e por isso foram criados os colégios da Bahia, S. Vicente, S. Paulo de Piratininga e Olinda, os primeiros grandes centros de educação do país.

A grande maior desse período (1534-1597) foi o Padre José de Anchieta, que aqui chegou aos 19 anos, com saúde franzina, depois de ter estudado em Coimbra (embora natural de Tenerife) e que se dedicou com afinco a ensinar as primeiras letras aos índios, aos curumins e aos filhos dos portugueses que aqui viviam. Aprendeu a língua tupi, traduziu o catecismo e chegou a iniciar um vocabulário.

Anchieta foi pioneiro e talvez tenha sido, durante o seu quase meio século de trabalho entre nós, o maior educador do país. Foi o iniciador da literatura brasileira, com os seus poemas (o mais famoso é o Poema à Virgem, escrito entre maio e agosto de 1563, quando se encontrava preso, refém dos tamoios), relatórios, cartas, autos, elaborados em português, espanhol, latim e tupi.

Segundo o Padre Serafim Leite, Anchieta foi também o introdutor do teatro no Brasil, escrevendo a Pregação Universal, cuja apresentação durou três horas. Tinha uma dupla versão: em português e tupi.

Em suas cartas encontram-se as primeiras noções sobre a fauna, a flora e a etnologia dos Brasil, além das biografias dos religiosos que se dedicavam à faina da catequese, com isso impedindo que os índios fossem massacrados, como era desejo de algumas autoridades da época. Esse fato redime o religioso da acusação de que, como bom intelectual e refinado administrador, favoreceu a dizimação dos silvícolas.

Os jesuítas adaptaram-se aos costumes dos indígenas e lutaram para lhes ministrarem ensinamentos que permitissem ler, escrever e contar. Anchieta descobriu o papel da música e do teatro na educação e utilizou com largueza esses poderosos instrumentos. E teve a lucidez de compreender que era indispensável alterar o processo pedagógico: o filho é que deveria educar o pai, conduzindo-o às portas do Senhor. Dedicou-se de corpo e alma aos curumins e por intermédio deles aprendeu a língua nativa, lançando em 1595 a famosa "Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil".

Canonizado ou beatificado, o Padre José de Anchieta não perderá jamais a sua condição de primeiro grande educador do Brasil."

Sr. Presidente, ao parabenizar o Prof. Arnaldo Niskier por seu brilhante trabalho, impõe-se-me o dever de proclamar que o valoroso povo da Cidade do "Dedo de Deus" deve estar orgulhoso da futura canonização ou beatificação de José de Anchieta, o inconfundível pastor de almas, o emérito evangelizador que tanto deu de si por uma humanidade mais fraterna, justa e perfeita.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

As dificuldades por que passou o País no ano de 1979, com uma taxa de inflação elevadíssima e uma enorme pressão salarial, refletiram-se, naturalmente, em todos os setores da economia nacional, inclusive no campo de serviços públicos, de responsabilidade das empresas governamentais.

De modo particular, ressentiu-se dos atropelos conjunturais o setor de telecomunicações, que, já há cerca de quatro anos vinha sofrendo severos cortes nos seus níveis de investimentos, em decorrência das novas diretrizes econômicas adotadas.

Nesse contexto, o desempenho das empresas estaduais vinculadas ao Sistema TELEBRÁS não poderia deixar de ser afetado por esse conjunto de fatores negativos que se fez presente no exercício.

No entanto, a despeito das inúmeras dificuldades, a Telecomunicações do Espírito Santo S.A. — TELEST — encerrou o ano com bons resultados.

Na área financeira, conseguiu a empresa realizar 100% dos desembolsos previstos para expansão e 100% da despesa autorizada. E, embora apenas 80% do plano de comercialização tenha sido realizado, as entradas de autofinanciamento corresponderam a 93% da previsão.

Graças a um enérgico esforço empresarial, foi possível manter o mesmo nível de remuneração do investimento obtido em 1978 — 4,1% — não obstante o crescimento em cerca de 90% do imobilizado técnico em serviço.

O capital subscrito e integralizado das empresas foi elevado, em 1979, em aproximadamente Cr\$ 801 milhões, com recursos do autofinanciamento para expansão, recursos da TELEBRÁS e reservas.

A TELEST instalou, em 1979, cerca de 3.500 novos terminais e colocou em serviço mais de 10.000, o que significou um crescimento de 20% no número de terminais gerando renda.

No que tange à produtividade, a empresa passou de 19 empregados por 1.000 telefones, em 1978, para 16 empregados por 1.000 telefones instalados em 1979. As receitas operacionais cresceram 81,5%, enquanto as despesas operacionais elevaram-se 77,9% em relação ao exercício anterior.

Também em 1979 foi iniciada a execução do projeto da Rota Norte de Microondas, que será concluída em 1980. Esse projeto completa a infraestrutura básica de transmissão no Estado do Espírito Santo, permitindo estender para a Região Norte todos os serviços de telecomunicações.

Merece igual realce o impulso dado à área de recursos humanos. Expandiu-se o serviço médico, que passou a contar com instalações e equipamentos para fisioterapia, pequenas cirurgias, aplicação de balão de oxigênio e realização de exames de audiometria através de cabine acústica. O setor de serviço social passou a atuar também no interior do Estado; 1.237 empregados receberam alguma forma de treinamento, com o que a empresa despendeu mais de cinco milhões e meio de cruzeiros.

Estes, Sr. Presidente, são alguns indicadores concretos do elevado desempenho da TELEST em 1979, que bem demonstra o esforço desenvolvido por sua Diretoria para alcançar resultados positivos no exercício.

Sem sombra de dúvida, avulta em mérito o trabalho do corpo diretivo da empresa quando tem-se em mente a difícil conjuntura vivida no ano passado.

Por todas essas razões, caros Colegas, apressei-me em fazer, desta Tribuna, o registro das principais realizações da TELEST naquele exercício, dedicando um voto de louvor especial à conduta dos seus dirigentes, sob a competentíssima orientação do Dr. Hélio Augusto Canongia. A administração que vêm fazendo esses Senhores tem conseguido, de fato, dotar os serviços de telecomunicações do Espírito Santo dos padrões de qualidade e eficiência requeridos pelo desenvolvimento capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupamos a tribuna com o objetivo de chamar a atenção desta Casa e da opinião pública brasileira para o importante decreto-lei que S. Ex.^a o Presidente João Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional, que, tomando o nº 1780, de 14 de abril deste ano, concede isenção de imposto sobre a renda a empresas de pequeno porte e dispensa obrigações acessórias.

Na realidade, esta proposição isenta do Imposto de Renda as empresas individuais e pessoas jurídicas cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a 3 mil ORTN, quer dizer, inferior a cerca de 1 milhão e meio de cruzeiros.

Quer a política financeira do Governo, com esta medida, atingir, entre outros, dois grandes objetivos. Dar apoio às pequenas unidades empresariais, para que possam desenvolver as suas atividades sem os empecilhos da carga tributária, e também dar às mesmas condições de atuar sem que tenham pela frente as exigências burocráticas da contabilidade interna em face desse tributo, que, por um lado, se é de alta significação, por outro, indiscutivelmente, constitui uma espécie de desafio de ordem burocrática às organizações de menor porte.

Também esta política governamental vai ao encontro de uma enorme quantidade de empresas no País, visto que empresas com menos de 10 empregados representam 96% do total das unidades na área do comércio. Também é elevada a porcentagem desse tipo de empresa com quatro empregados, correspondendo a 91% do setor de serviços. Somos daqueles que acham que não apenas as pequenas comunidades, como as pequenas empresas, por trazerem consigo uma vivência humana muito mais intensa e muito mais autêntica do que as maiores, devem merecer do Poder Público todo o apoio e toda a assistência.

Na medida em que podemos resguardar o homem nos seus direitos dentro da pequena empresa e das pequenas comunidades, estamos realmente permitindo que aquelas camadas do povo que vivem o dia-a-dia de maiores dificuldades tenham condições de se promover e de realizar os seus objetivos quer na ordem econômica quer na ordem social.

Portanto, o decreto-lei de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República merece os nossos aplausos e deve, assim, ser ressaltado como medida de grande interesse social.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos destacar a rapidez com que o Ministro Mário Andreazza atendeu ao nosso apelo em favor da construção do Açude São Lourenço, no Município de São Raimundo Nonato. Os estudos ainda não haviam sido concluídos, mas a Assessoria Parlamentar do Ministério do Interior, por intermédio do seu coordenador, Dr. Hugo Braga, já nos informou que foram tomadas as providências devidas a fim de que a construção daquele reservatório de água seja iniciada no corrente exercício.

Idêntico apelo fizemos em relação a outras barragens no Piauí. Reportamo-nos aqui à construção do Açude Joana, no Município de Pedro II, à reforma do Açude Caldeirão, com a sua ampliação, à construção de reservatórios de água nos Municípios de Picos e Bocaina e também de outro na confluência dos rios Longá, Surubim e Jenipapo no Município de Campo Maior.

De modo que, Sr. Presidente, esses açudes, que já faziam parte do plano de construção de açudes pelo Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas, se levados a efeito no corrente ano, irão prestar uma contribuição decisiva para a sustentação dos operários rurais daquela região, tendo em vista a estiagem que fez com que perdêssemos grande parte das nossas plantações, destacando-se o milho e o arroz, totalmente destruídos. Essas providências vêm ao encontro dos nossos apelos, razão pela qual expressamos os nossos agradecimentos ao Sr. Ministro Mário Andreazza, como também à comunicação que nos fez o seu Assessor Parlamentar, Dr. Hugo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Deputado Israel Dias-Novaes.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Osvaldo Macedo — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Deputado Osvaldo Macedo, para uma comunicação de Liderança.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, em sessão encerrada na noite de ontem, reconsiderou decisão anterior e declarou-se competente para apreciar a greve dos metalúrgicos do ABC, decretando sua ilegalidade.

Essa deliberação, tomada por pequena maioria de votos, não exalta a Justiça do Trabalho, que se mostrou sensível às pressões do Poder Executivo, ostensivamente simpático aos interesses patronais. Deve-se ressaltar que esse resultado foi possível inclusive porque um dos juizes, autor de várias obras jurídicas sobre a matéria, trazidas à colação pelo advogado dos trabalhadores, desmentiu-se publicamente sem a menor cerimônia, votando contra a tese de que era autor em um de seus livros.

Cumprir registrar o comportamento do Sr. Murilo Macedo, Ministro do Trabalho, em todo esse episódio. Tendo assentado praça na idade de São Paulo, sede do TRT, visitava assiduamente a sede da Federação das Indústrias, trocando sorrisos e abraços com os empresários, e por nenhuma vez visitou os sindicatos de trabalhadores no ABC.

Esse mesmo Ministro, que declarou após o primeiro julgamento, que o pronunciamento do TRT, negando-se a considerar a greve legal ou ilegal, não implicava sua legalidade, por ser ela ilegal, arvorando-se em julgador, desrespeitando o Poder Judiciário, agora exterioriza singular alegria pela mudança de posição daquela Corte.

A Justiça decidiu. Sobre essa decisão o PMDB se abstém de comentários em respeito a uma instituição que é permanente e que não deve ser confundida com seus eventuais titulares. Mas não pode deixar de proclamar seu protesto e seu repúdio a uma legislação arbitrária, editada para servir a interesses estranhos ao povo brasileiro. Nesta hora o nosso partido reitera seu compromisso com os trabalhadores, de propugnar pelas mudanças nessa legislação, a miúdo e por inteiro.

Quer também o PMDB advertir que, com base nessa decisão do TRT e a pretexto do cumprimento da lei, os poderes públicos, federais e estaduais, não podem reincidir no seu costume de ofender direitos maiores, quais sejam os sagrados direitos da pessoa humana.

Disse ontem o Ministro do Trabalho: "Acho que a política sempre foi muito tranqüila ao proteger a propriedade e os homens que querem trabalhar, sem nunca exorbitar. Não acredito que haja problemas, se Deus quiser". Estranhamos que o Sr. Ministro diga nunca ter havido exorbitância. Ou a morte do operário Santo Dias, no ano passado, terá sido em vão?

Estranho também é o fato de que o Sr. Ministro não tenha manifestado preocupação com a incolumidade física dos operários grevistas, que agora correm ou podem correr perigo de vida diante do aparelho repressivo do Estado.

Que ninguém agrida pobres e indefesos trabalhadores.

Os que o fizeram e os que armarem os seus abraços serão responsabilizados perante o tribunal dos homens e perante o Tribunal da História.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ilustre representante da Liderança do PMDB ocupou a tribuna para fazer críticas à Justiça, fazer críticas à lei, fazer críticas ao Sr. Ministro do Trabalho, e fazer críticas também às lideranças sindicais.

O que é preciso ficar claro é que o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo agiu no pleno exercício da sua competência, ao examinar um problema que lhe é afeto e dando uma decisão de acordo com os cânones legais que presidem o nosso ordenamento jurídico. Fazer oposição aos membros da Justiça creio que não é, Sr. Presidente, num caso como este, uma atitude das mais democráticas. Ao contrário, vejo nesta atitude uma posição antidemocrática, uma posição reacionária contra aquele Poder que, neste País, tem por objetivo defender os direitos individuais e fazer valer as prerrogativas da pessoa humana.

Mas quando os nobres Deputados da Oposição vêm, através das suas Lideranças, fazer críticas à lei, à norma legal, na realidade eles estão indiretamente defendendo o Poder Judiciário. Por quê? Porque o Poder Judiciário está decidindo com base naquela lei contra a qual eles se investem, e, ao fazê-lo, está assim, agindo corretamente. O que está errado, segundo os nobres representantes da Oposição, é a lei, é a norma legal. Mas, Sr. Presidente, o que é a lei, o que é a norma legal? É o resultado nos regimes democráticos, da produção legislativa dos representantes do povo. As leis foram votadas por nós. A não ser que o nobre Líder do PMDB julgue que não somos aqui legítimos representantes do povo. Neste caso, S. Ex^a irá por caminhos que não queremos percorrer, porque preferimos aqueles que estão a favor da legitimidade do mandato dos próprios Deputados do PMDB.

S. Ex^a, em seguida, atacam, criticam o Ministro Murilo Macedo, quando Secretário de Estado da categoria do eminente titular, na Pasta do Trabalho, terão sido poucos os que existiram na nossa vida republicana. S. Ex^a é dedicado às suas atividades, é dedicado às suas lides como ninguém. Desloca-se para todos os pontos do território Nacional procurando superar os problemas sociais e sobretudo as questões da greve, como a que está ocorrendo em São Paulo.

Homem pertinaz, enérgico, mas calmo, decidido a encontrar soluções justas, S. Ex^a merece os aplausos da opinião pública, porque a sua atividade à frente daquele Ministério tem sido patriótica e voltada para os altos interesses do País. A Oposição só vê o Ministro Murilo Macedo conversando com os representantes das classes empresariais, mas omite o seu diálogo, que é do conhecimento do País, com as lideranças sindicais dos trabalhadores.

Sr. Presidente, os piores cegos são aqueles que não querem ver. A televisão tem mostrado o Ministro Murilo Macedo conversando tanto com os trabalhadores quanto com os representantes de quaisquer outras classes. Negar este fato não significa somente cometer uma injustiça, mas também bradar contra a própria realidade.

Jornal insuspeito para julgar os acontecimentos de São Paulo, porque é uma folha respeitada, que, em várias oportunidades, embora contra os nossos pontos de vista, tem feito críticas ao Governo, é realmente o "Jornal do Brasil". Recomendo aos nobres líderes do PMDB que leiam os editoriais deste matutino, que revelam, com clareza e bom senso, o que se deve dizer das greves de São Paulo e quais são os seus verdadeiros objetivos.

O PMDB não quer defender os trabalhadores, mas comungar com a greve, e tanto não como instrumento sindical, mas como um meio de agitação, nesta hora em que o País enfrenta sérios desafios e precisa do concurso dos seus homens públicos para superar a crise que aí está e que é do conhecimento de todos.

O Sr. Adhemar Santillo — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (PT — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nobre Líder do PDS cometeu alguns equívocos. O primeiro deles é o seguinte: temos assistido realmente às apresentações, na televisão, do Sr. Murilo Macedo, mas jamais vimos S. Ex^a participando de reuniões com os trabalhadores. S. Ex^a tem ido a São Paulo ex-

clusivamente para se reunir com os grandes empresários. O Ministro Murilo Macedo não tem dialogado com os trabalhadores. Em instante algum o Ministério do Trabalho usou das suas atribuições legais para mediar a contenda entre os trabalhadores e os empresários. Nas entrevistas concedidas às emissoras de rádio e televisão e à imprensa escrita, na verdade, o Ministro Murilo Macedo não traz uma palavra de conciliação; ao contrário, a sua presença constante intimida. Dois dias antes de decretada a greve no ABCD paulista, S. Ex^a esteve em São Paulo, onde visitou, acintosamente, o Comandante do II Exército, por duas vezes, com todo o seu QG. A imprensa reportou, no dia seguinte, que o assunto se relacionava com as medidas que deveriam ser tomadas no caso de uma greve. O Ministro Murilo Macedo tomou conhecimento de que a Polícia Militar de São Paulo estava expedindo questionários às indústrias paulistas, altamente lesivos aos interesses do povo, os quais, de uma maneira macarthista, indagavam se havia, em cada empresa daquelas, indivíduos insuflando a greve, quais eram eles, e se havia, na empresa, acomodações para militares paulistas, caso o movimento fosse deflagrado.

Sr. Presidente, o Ministro Murilo Macedo tomou conhecimento de todos estes fatos. E eu pergunto: o Governo tomou ou não posição ao lado dos empresários, já que até o II Exército participou de um ato intimidatório por ocasião da primeira assembléia dos trabalhadores, realizada em São Bernardo do Campo, quando helicópteros das Forças Armadas fizeram vôos sobre o estádio onde se realizava a concentração dos trabalhadores? Esses helicópteros transportavam militares fortemente armados, e não houve uma palavra do Governo Federal que reprovasse aquela atitude. O Ministro Murilo Macedo não vai a São Paulo para dialogar com os trabalhadores.

Eu gostaria de desafiar o Líder do PDS, nesta Casa, para que ele me provasse que o Ministro Murilo Macedo, um dia sequer, tenha comparecido à sede do Sindicato dos Trabalhadores de São Paulo, para mostrar-se ao lado dos trabalhadores, ou, pelo menos, com isenção. A imprensa tem noticiado que, quando o Ministro Murilo Macedo vai a São Paulo, ele se instala na sede da Federação das Indústrias de São Paulo, conseqüentemente, tomando posição direta a favor dos empresários paulistas. S. Ex^a foi chamado a Brasília pelo General Golbery do Couto e Silva, quando estava em São Paulo, mas não tomou um avião de carreira, tampouco um avião particular do Estado; ele veio num avião particular da Camargo Corrêa, cujos trabalhadores — mais de mil operários — na usina de Tucuruí, se revoltaram há poucos dias contra os maus-tratos dos guardas de segurança.

Por isso, Sr. Presidente, o Governo, através dos seus Ministros, tem dado apoio, é verdade, mas somente ao empresário. O trabalhador é apenas intimidado pela polícia nas ruas, pelos helicópteros do Exército, por homens fortemente armados, e pelo Ministro, que anuncia a intervenção nos sindicatos e exige a sua volta ao trabalho, sob pena de dispensa.

Fica registrado aqui, mais uma vez, o nosso posicionamento. O Governo tem-se colocado constantemente ao lado dos grandes empresários, ao lado do capital e sistematicamente contra os interesses dos trabalhadores.

Sr. Presidente, o Líder do PDS fala em legalidade, que a lei existe e tem de ser cumprida. É bem verdade que a lei existe, mas ela não é legítima, porque fere o direito do trabalhador, aquele que sustenta, com o seu trabalho, o desenvolvimento deste País, aquele que constrói a riqueza, mas dela não participa. O Governo, desumano e concentrador, permite apenas que os recursos construídos pelo esforço do trabalhador brasileiro se concentrem nas mãos de uns poucos grandes empresários, quase todos ligados ao capital internacional. Seria o caso de perguntar ao Líder do PDS: e as cassações de mandato não foram feitas de acordo com a lei? Sim, com base no AI-5. Mas, pergunto: Foram legítimos os atos? Não. E a censura à imprensa, que agora apenas foi suspensa, não é ato arbitrário, mas sempre baseado na lei? Pergunto ainda mais: quando Cristo foi crucificado, também não o foi com base na lei? Foi um ato legal, mas não legítimo. Até a escravidão, neste País, foi baseada na lei. Não há por que o povo aceitar uma lei ilegítima. O trabalhador não pode aceitar essa lei: tem de revogá-la na prática, porque é desumana e contra os seus interesses. Portanto, lutar, porque, lamentavelmente, a Maioria, neste Parlamento, se coloca sistematicamente ao lado dos opressores e contra os oprimidos.

E quero dizer ainda, para encerrar esta nossa Comunicação de Liderança, que o Partido dos Trabalhadores estranha a segunda decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, porque, há questão de 10 dias apenas, ele se julgou incompetente para declarar a greve ilegal; agora, a greve foi decretada ilegal. É preciso que haja um esclarecimento neste sentido, sob pena do comprometimento da Justiça do Trabalho. Até mesmo o Relator da matéria, que tem várias teses defendidas, contrariou suas próprias teses na prática, provando que, muitas vezes, a teoria se difere na prática. Aqui fica registrado o nosso protesto. Lamentavelmente, o Governo preparou o quadro; o Governo quer o retrocesso no campo social e trabalhista. O Governo não tem, realmente, como evitar a manifestação dos trabalhadores e quer, a

qualquer pretexto, acabar com as lideranças autênticas. Hoje, Luiz Inácio da Silva, o Lula, de São Bernardo do Campo, é um problema para o Governo, é um homem que leva o povo à praça pública, é um homem que luta em favor dos seus sindicalizados e, por isso, tem que ser afastado. Para tanto, era preciso que a greve fosse decretada ilegal.

O Governo que aí está não quer o povo organizado, não quer defender o trabalhador e conta com a sustentação daqueles que, na verdade, estão mais preocupados na defesa de seus interesses pessoais do que, propriamente, na defesa dos interesses da grande maioria marginalizada deste País.

Deixamos registrado o nosso protesto contra essa decisão, na certeza de que os trabalhadores alcançarão a vitória final, porque estão certos no seu ponto de vista: a lei existe, mas é ilegítima, e uma lei ilegítima tem que ser revogada na prática.

O Sr. Alceu Collares — Peço a palavra para uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Deputado Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES (PTB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também quero lamentar profundamente a decisão tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho, que, depois de se ter considerado incompetente para julgar a ilegalidade ou legalidade da greve dos metalúrgicos de São Paulo, proporcionou um novo encontro entre empregadores e empregados para uma pseudonegociação e, a partir daí, julgou novamente aquilo sobre que já deliberara.

Isto é uma decorrência, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, da situação em que vive o Brasil, onde as minorias privilegiadas, conservadoras e reacionárias, assumiram o poder e se utilizam de todos os instrumentos do Estado para seu benefício, insensíveis que são ao clamor social.

Quando da tramitação do projeto que se transformou na Lei nº 6.708, a Oposição advertia sobre sua inexecutabilidade, e os integrantes da então ARENA, hoje masculinizada com o nome de PDS, foram insensíveis à argumentação lógica então desenvolvida.

Inclusive está aqui presente um dos mais brilhantes integrantes da antiga ARENA, hoje PDS, que pode confirmar ou não aquilo que vamos afirmar quanto ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor, cuja revisão hoje já é admitida pela figura maior da República, o superministro Delfim Netto, para adoção de medida que no ano passado sugeríamos, o Índice Regional de Preços ao Consumidor. Os nossos companheiros, os nossos muito amáveis companheiros da antiga Aliança Renovadora Nacional, insensíveis a isso, ou impossibilitados — é preciso colocar essas duas posições, para não levantarmos uma injustiça contra aqueles que, quer queiram, quer não queiram, estão no mesmo barco da representação política, que são os integrantes do PDS — insensíveis porque não lhes alcançou a compreensão, a argumentação que levantávamos no seio da Comissão, ou então impossibilitados, porém talvez convencidos da correção da nossa argumentação, não podiam concordar conosco, porque o Governo não queria que se implantasse o sistema que oferecíamos.

Pois bem. As Correções semestrais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor é instrumento para retirar valores que deveriam ser pagos ao trabalhador e conferi-los ao grande capital nacional, principalmente ao grande capital multinacional, e também para permitir uma das mais extraordinárias arrecadações no campo dos tributos neste País.

A taxa de produtividade fracassou no primeiro encontro com a realidade. Recordamo-nos de que, quando discutimos o projeto da tribuna desta Casa, com a presença da liderança sindical autêntica, dizíamos que os trabalhadores tinham necessariamente que pisotear o diploma legal pela sua absoluta irrealidade e pela absoluta impossibilidade da sua execução. Quem poderia medir taxa de produtividade? A Justiça, sem os aparelhos para dimensioná-la na realidade econômica? Os empresários? Os empregados? Quem? Ninguém, nem o Governo sabe como medir, na realidade econômica, a taxa de produtividade.

Pois esses dois argumentos, que nós, da Oposição, denunciávamos como instrumentos destinados a criar o conflito social, ou melhor, a agudizar o conflito social já existente, não foram suficientes para sensibilizar os nossos companheiros da então Aliança Renovadora Nacional. Aí estão as greves, Sr. Presidente; aí estão os conflitos sociais; e está demonstrado, Sr. Presidente, que o Governo, utilizando-se de todos os aparelhos do Estado, movimentando Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e empresários para esmagar as justas aspirações dos trabalhadores.

Não se pode dizer que nos estamos excedendo na argumentação, porque isto é facilmente comprovado. Ainda há pouco, o Deputado Adhemar Santillo fazia referência ao comparecimento do Presidente da República em todos os conclaves dos empresários. O Ministro que é do Trabalho se dá bem é

com o capital, numa contradição que não há como entender. Se o Ministério do Trabalho foi criado para estabelecer o justo equilíbrio no relacionamento entre as partes — empregador e empregado — por que o Ministro Murilo Macedo só fala com empresários? Por que não foi ao ABC? Por que não foi ao Estádio de Vila Euclides ver como os trabalhadores se comportam? Era preciso mandar helicópteros do II Exército para amedrontá-los, para não fossem eles homens experientes, que eles caíssem em pânico e provocassem, provavelmente, uma das mais fantásticas tragédias de que talvez se tivesse notícia neste País? E onde está a responsabilidade do Comandante do II Exército? Por que fez aquilo? Para amedrontar os trabalhadores a fim de que não reivindicassem dos empregadores melhores salários? Para ficar ao lado das classes patronais?

Esta Nação não pode ser governada assim. Tem de ser governada por todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente pelos que constroem a riqueza com seu sangue, seu suor, suas lágrimas. Por que o Presidente Figueiredo comparece a todas as festas de empresários? Antontem víamos, através da televisão, o Presidente num grande conclave onde os empresários travavam debates, trocavam idéias, elaboravam diretrizes e decidiam executar planos. Por que o Presidente não fala com os trabalhadores? Não gosta do trabalhador, assim como disse não gostava de cheiro de povo? Será isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Se assim for, tenho certeza de que as forças populares avançarão nessa abertura política que elas próprias estão fazendo. E aqueles que querem uma abertura fraudulenta não permanecerão no poder, Sr. Presidente. É preciso constatar-se essa realidade. O Governo não pode desenvolver a política do avestruz, que quer evitar a tempestade enfiando a cabeça na areia. Os agricultores foram para as ruas e deram a demonstração do que podem as forças populares quando colocam as suas armas de trabalho no meio das estradas para dobrar a crista do todo-poderoso Ministro do Planejamento.

Sr. Presidente, o PTB comparece a esta tribuna para lançar o seu repúdio ao comportamento do Governo, do Ministro do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho sobre as decisões tomadas, evidentemente contra as legítimas aspirações dos trabalhadores. A greve é ilegal? Ilegal é a fome, é o processo de desnutrição, a mortalidade infantil, a subnutrição, a subabitação. Isso não sensibiliza — eu sei — 90% dos parlamentares, que acham que esta é a linguagem da demagogia. Não, Sr. Presidente. Ou este Congresso se sensibiliza com essa problemática social, ou este Congresso desenvolve um discurso novo, ou vamos continuar caindo na credibilidade do povo brasileiro.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — V. Exª tem a palavra.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o nobre Deputado Adhemar Santillo, líder radical do proletariado nesta Casa, declarou que as leis são ilegítimas neste País.

É uma tese, Sr. Presidente, é um princípio, é uma premissa que de forma alguma pode chegar a uma conclusão democrática e de bom senso.

Por outro lado, S. Exª levantou aqui críticas as mais contundentes ao Sr. Ministro do Trabalho e fez um desafio à Liderança do PDS no sentido de que prove que o Ministro tenha mantido diálogo com os trabalhadores. Mas nós é que desafiamos S. Exª a provar que o Ministro não manteve diálogo, porque temos a certeza desse fato, por conhecê-lo diretamente e através do noticiário da imprensa, da televisão, das rádios. O Ministro Murilo Macedo tem estado permanentemente com as lideranças sindicais e trabalhadoras deste País, com os líderes trabalhistas, procurando, por intermédio de entendimentos os mais claros, superar as dificuldades da greve que hoje ocorre em São Paulo.

No mais, o ilustre Líder do PT sustentou aqui diversas teses que não trazem consigo nada de lógico, mas apenas de emotivo e passional. Já o eminente representante do PTB, Deputado Alceu Collares, depois de se referir às minorias privilegiadas, que S. Exª não descreveu quais são, faz críticas às leis e ao comportamento do Ministério do Trabalho, faz críticas à legislação trabalhista brasileira. Nesta hora, S. Exª está dirigindo críticas aos seus velhos companheiros do PTB, que durante mais de dez anos comandaram o Ministério do Trabalho, e não aceitaram, quando o dominavam, o Projeto de lei Bilac Pinto, criando o salário móvel para o trabalhador, e praticamente fizeram a legislação trabalhista que ainda está hoje em vigor. De modo que o nobre Deputado Alceu Collares, aqui, ao definir-se como se definiu, passou a assumir uma posição, dentro do seu partido, contrária aos antigos companheiros do trabalhismo nacional.

De fato, o Deputado Alceu Collares tem alguma razão. O PTB, dirigindo a política trabalhista de vários governos, no passado, não criou, na verdade, uma legislação adequada às nossas exigências sociais. É por isso que, atualmente, o Governo, através da lei sancionada meses atrás, instituiu a correção monetária para os salários, num esforço de encontrar solução para

uma das questões mais graves, como seja a da política salarial. Mas este Governo, como o Deputado Alceu Collares aqui testemunhou, é o primeiro a vir a público e dizer que, ao contrário dos governos trabalhistas do passado, ao contrário do Ministério do Trabalho sob titulares do PTB, não nos consideramos donos da verdade, que estamos prontos a retificar, humildemente, leis porventura propostas e votadas por nós, porque o que pretendemos não é que ocorram greves, como meio de outras greves, mas o que queremos é a solução do problema do trabalhador brasileiro. E isto reivindicamos, e isto defendemos, apesar de muitos tentarem, numa propaganda volumosa, levar à opinião pública assertivas inteiramente falsas a respeito da nossa posição.

O Governo continuará, Sr. Presidente, a fazer esforços para superar a greve de São Paulo, vendo-a como um fenômeno social e deixando de lado essas críticas literárias a respeito da legitimidade das leis, ou então, a tomada de posição, dentro de um partido, contra os velhos trabalhistas do tempo de Jango e do tempo de Vargas, visto que o futuro é que importa, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à votação dos vetos das seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1979, que altera a legislação previdenciária relativa ao ex-combatente; e

Projeto de Lei nº 33, de 1979-CN, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

O Sr. Osvaldo Macedo — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB declara que tem interesse em discutir ambas as matérias da ordem do dia de hoje, o veto do Sr. Presidente da República a parte do projeto de lei que cria a COALBRA, Coque e Alcool de Madeira S/A, e o veto apostado ao projeto de lei da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que permitiu o restabelecimento das sublegendas no País.

Entretanto, é notória a falta de *quorum*, sobretudo no dia de hoje, em que presenciamos aqui uma sessão festiva. Diante disso e dessa evidente falta de *quorum*, requeremos a V. Exª a suspensão da sessão, com a designação de outra, para que, numa oportunidade em que os trabalhos sejam normais nesta Casa, possamos discutir ambas as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A questão de ordem de V. Exª, efetivamente, está apoiada no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, razão por que a Mesa a acolhe. Nessas condições, a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia fica adiada para outra sessão a ser, oportunamente, convocada.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada.

I

VETO PARCIAL

Discussão, em turno único, das partes vetadas do Projeto de Lei nº 43, de 1979-CN, que dispõe sobre a criação da COALBRA — Coque e Alcool de Madeira S/A, e dá outras providências, tendo
RELATÓRIO, sob nº 7, de 1980-CN.

Partes Vetadas:

Os parágrafos do artigo 1º e a expressão: "3 (três) anos" constante do artigo 8º.

II

VETO PARCIAL

Discussão, em turno único, das partes vetadas do Projeto de Lei nº 37, de 1979-CN, que regula o artigo 152 da Constituição com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), e do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas), e dá outras providências, tendo

RELATÓRIO, sob nº 6, de 1980-CN.

Partes Vetadas:

I — No artigo 1º: os parágrafos 2º e 3º propostos para o artigo 22 da Lei nº 5.682, de 1971; a palavra "distritais", constante da redação dada ao artigo 28 da mesma Lei; e o parágrafo 1º do artigo 64 do mesmo diploma legal.

II — No artigo 10: a expressão "de acordo com o preceituado no parágrafo único do art. 3º".

III — No artigo 12: a expressão "os artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 7º, 11 e 12 do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)